ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS



SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO

ATA N.º 7/2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Ata n.º 7/2017

- 1. Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezassete, no Fórum Cultural "A Praça", teve lugar a Sessão Ordinária de dezembro da Assembleia Municipal de Vendas Novas, com início às 21 horas e 05 minutos, tendo estado presentes todos os membros convocados.
- 2. Foi posta a circular uma folha de presenças para recolha de assinaturas dos membros presentes na sessão.
- Estiveram presentes os seguintes membros: Hermínia Maria Viegas Henriques (Presidente da Assembleia Municipal), Hugo Miguel Serôdio Mendes (1.º Secretário), Cátia Alexandra de Sousa Silva (2.ª Secretária), Valentino Salgado Cunha, Ana Rita de Oliveira Lança, João Diogo Penha Marmeleira, Maria Luís Arranja Martins de Barros, Paulo Jorge Piteira Campino, Sophie Veiga Fontes, Gonçalo Nuno Balão Cegonha, Catarina de Jesus Mendes Serrudo, Rúben Alexandre dos Anjos Alves, Maria Clara Cardoso Pereira, Vítor Dias Serrano, Paula Maria S. Guerreiro Rocharte Valentim (PS), Sílvia Leonor Chanfana Seatra dos Santos, Tiago André Hortelão Aldeias, José Lino Queiroz dos Santos, Maria João Abrantes B. de Almeida e Silva Luz, José Manuel Batista Leitão, Paulo Alexandre Valentim Caçoilas (CDU); Custódio Manuel Aldinhas Vale de Gato, João Carlos de Carvalho Branco Perdigão Marquês (PSD).
- 4. Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes: o Presidente da Câmara Municipal, Luís Carlos Piteira Dias, a Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Carla Arranja Martins de Barros, os Vereadores Bruno Alexandre Gomes, Susana Maria Barreiros Gonçalves, Maria Emília Piteira V. Paulino e João Teresa Ribeiro e o Dr. Hélder Fernandes, Chefe da DAF.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- A Presidente da Assembleia Municipal, Hermínia Maria Viegas Henriques, verificando a existência de condições para o começo dos trabalhos, saudou todos os presentes e informa que na documentação que foi entregue, está a minuta da Ata n.º 27, da reunião da Câmara Municipal, onde constam os pontos que vão ser tratados na presente sessão.
- Refere ainda que foi elaborado um edital com as deliberações tomadas na sessão da Assembleia Municipal, realizada no dia 24 de novembro, que foi publicado na página do Município.
- Deu início ao período antes da ordem do dia, colocando à apreciação a proposta de Ata n.º 4 de 2017, 7. perguntando se algum membro tem alguma proposta de alteração à referida Ata, que foi a última do mandato anterior.
- 8. Informa que na votação da referida Ata, só poderão votar os seguintes Membros: Hermínia Henriques, Hugo Mendes, Cátia Silva, Valentino Cunha, Ana Rita Lanca, Paulo Campino, Maria Luís Barros, Vítor Serrano, Paula Valentim e José Leitão.
- 9. O Membro José Leitão afirma que a Ata não reflete a contestação da Bancada da CDU, face à exposição do balanço do mandato feito pelo Presidente da Câmara na referida sessão, em vez de se limitar à análise da Informação da Atividade Municipal.
- Lembra que tanto a sua pessoa, como o seu colega de bancada na altura, José Filipe Barradas, contestaram essa situação, afirmando que da página 3 à página 7 do referido documento, nada é dito e por essa razão a Bancada da CDU não está de acordo com a referida Ata.

- 11. A **Presidente da Assembleia** informa que essa questão irá ser verificada e feita a referida alteração, caso se justifique.
- 12. Não havendo mais intervenções, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, com 10 votos a favor (não participaram na votação, por não terem estado presentes os Membros João Marmeleira, Sophie Fontes, Gonçalo Cegonha, Catarina Serrudo, Rúben Alves, Maria Pereira, Sílvia Santos, Tiago Aldeias, José dos Santos, Maria João Luz, Paulo Caçoilas, Custódio Vale de Gato e João Marquês), o Projeto de Ata n.º 4/2017, referente à sessão realizada no dia 15 de setembro de 2017.
- 13. De seguida, colocou à apreciação o Projeto de Ata n.º 5/2017 referente à sessão realizada no dia 20 de outubro de 2017.
- 14. A **Membro Maria João Luz** saúda todos os presentes e informa que a Bancada da CDU, depois de analisar o referido Projeto de Ata, verificou que este não discrimina as pessoas que estiveram presentes na sessão em causa, violando o artigo 27.º do Código do Procedimento Administrativo, pelo que pede a sua retificação.
- 15. A **Presidente da Assembleia** informa que será pedida a retificação do referido Projeto de Ata, sendo o mesmo colocado à votação.
- 16. O Membro José Leitão pergunta como irá ser feita essa retificação, afirmando que terá de ler o que irá ser retificado para poder votar, porque inclusivamente poderá não estar de acordo com a retificação que venha a ser feita.
- 17. Assim, considera que tanto o presente projeto de Ata, como o anterior, deverão vir à próxima Assembleia.
- 18. A **Presidente da Assembleia** informa que o Projeto de Ata n.º 4/2017 já foi votado.
- 19. O **Membro José Leitão** afirma que foi votado com uma nota de que iria ser retificado e então terá de vir novamente à próxima Assembleia Municipal porque a CDU pode vir a pronunciar-se contra a retificação que foi feita.
- 20. A Presidente da Assembleia reafirma que a referida Ata já foi votada e está aprovada.
- 21. O **Membro José Leitão** refere que não diz o contrário, mas foi votada a presente versão, não tendo sido votada a que vem com a retificação.
- 22. A **Presidente da Assembleia** afirma que não é a primeira vez que se vota uma Ata, sendo as retificações feitas depois.
- 23. O Membro José Leitão refere que a CDU tem o direito de votar em desacordo com a retificação.
- 24. A **Presidente da Assembleia** informa que irá solicitar que esta Ata seja corrigida, e que sejam colocados os nomes dos Membros que estiveram presentes e depois virá à próxima sessão para votação.
- 25. Em relação à Ata n.º 5, o **Membro José Leitão** considera que, para boa prática, a mesma deverá baixar e não ser votada nesta Assembleia e ser votada na próxima Assembleia, depois de estar devidamente retificada, para os Membros tomarem conhecimento.
- 26. Na linha do que foi dito pelo Membro José Leitão, o Membro Custódio Vale de Gato reforça apenas que não há uma pressa exagerada em aprovar a Ata, valendo a pena fazer as coisas bem feitas.
- Assim sendo, a Presidente da Assembleia informa que a Ata n.º 5 virá para aprovação na próxima sessão.



- 28. O **Membro José Leitão** apresenta, em nome da Bancada da CDU, a **Moção** "Pelo Direito ao Diálogo e Participação das Pessoas com Deficiência". (Anexo 10/17)
- 29. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à votação a Moção apresentada pela Bancada da CDU.
- 30. Foi aprovada, por unanimidade, a Moção "Pelo Direito ao Diálogo e Participação das Pessoas com Deficiência". (Anexo 10/17)
- 31. A **Membro Maria João Luz** informa que a Bancada da CDU se congratula pelo facto da Sr.^a Presidente lhes ter feito chegar a resposta ao pedido apresentado para verificação da localização da Associação dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas.
- 32. Em segundo lugar afirma que foi dada a informação que existiam três localizações e que havia estudos em como esta localização tinha sido escolhida por ser a melhor, mas o que foi enviado é só, única e exclusivamente, o parecer da localização que a Bancada da CDU contestou, porque achou que não era correto.
- 33. Pergunta se há mais estudos e se foi por engano que apenas foi enviado um e gostaria que a Sr.ª Presidente pudesse dar continuidade a esse processo.
- 34. A **Presidente da Assembleia** informa que essa foi a documentação que chegou à sua posse, considerando que se está a começar a debater um assunto que já veio à Assembleia, já foi à Assembleia Geral dos Bombeiros e que já foi resolvido e sanado.
- 35. No entanto, irá ver o que poderá fazer, mas afirma que essa questão deve ser tida em atenção, uma vez que já foi tudo resolvido e tudo o que vier daqui, já não irá levar a nada.
- 36. A **Membro** Maria João Luz agradece, mas considera que se trata de uma questão de informação, pois se foi dito que existiam três locais, que houve estudos e que este foi o local escolhido porque era o melhor, os membros têm o direito de saber porque é que os outros foram excluídos.
- 37. A Presidente da Assembleia reafirma que a documentação enviada foi a que chegou à sua posse.
- 38. O **Membro Tiago Aldeias**, em nome da bancada da CDU, afirma que na presente sessão, um dos pontos que irá ser discutido, tem a ver com os Documentos Previsionais para 2018, salientando que, tendo em conta a importância desses documentos, que são as GOP's e o Orçamento, existe todo o interesse em ouvir o maior número de opiniões e uma discussão mais ampla em torno deste assunto pode sempre ajudar, uma vez que os recursos são limitados e têm que ser bem utilizados.
- 39. Também existem Leis sobre o referido assunto, que devem ser cumpridas, apesar de se saber que algumas vezes isso não acontece.
- 40. A **Presidente da Assembleia** informa que essa questão deverá ser abordada quando o ponto for discutido.
- 41. O **Membro Tiago Aldeias** afirma que é importante referir esta questão agora, estando apenas a contextualizar para todos perceberem o que pretende dizer.
- 42. A **Presidente da Assembleia** informa que a questão deve ser referida aquando da discussão do ponto em causa.
- 43. O **Membro Valentino Cunha** saúda todos os presentes e, em nome da Bancada do PS refere que, uma vez que também não gostam de votar atas que ainda não estejam alteradas, também gostariam votar moções que pudessem ler e não apenas ouvir e o PS, quando apresenta moções, tem por hábito

distribuir exemplares a cada uma das Bancadas, pelo que solicita às Bancadas do PSD e da CDU que façam o mesmo dentro das suas possibilidades.

- 44. O **Membro Tiago Aldeias** refere que há pouco estava a explicar uma situação que tem a ver com um ponto que irá posteriormente ser discutido, mas terá de ser referido neste momento, porque tem a ver com o estatuto do direito de oposição e com o cumprimento da Lei, afirmando que o Presidente da Câmara não cumpriu com as suas obrigações.
- 45. A **Presidente da Assembleia** interrompe repetindo que quando for a discussão do referido ponto, o Membro Tiago Aldeias deverá dizer o que tem a dizer, porque se está a antecipar a um ponto ao qual ainda não se chegou.
- 46. Afirma que este é o "Período antes da ordem do dia" e não o "Período da ordem do dia", pelo que quando o referido ponto for discutido, os Membros poderão colocar todas as questões relacionadas com o mesmo.
- 47. O **Membro José Leitão** afirma que, segundo sabe, o Estatuto do Direito da Oposição, não está na Ordem do Dia, não tendo visto nenhum ponto a falar sobre isso.
- 48. A Presidente da Assembleia refere que o Membro Tiago Aldeias está referir-se ao ponto n.º 2.
- 49. O **Membro José Leitão** afirma que o Membro se irá referir ao Estatuto do Direito de Oposição e se a Presidente o deixar concluir talvez consiga perceber o que o Membro pretende dizer.
- 50. O **Membro Tiago Aldeias** saúda todos os presentes uma vez mais e refere que o artigo 5 da Lei 24/1998, de 26 de maio, fala sobre o Estatuto do Direito de Oposição, que obriga o Sr. Presidente da Câmara Municipal a convocar os partidos da oposição, afirmando que o Sr. Presidente não cumpriu o Estatuto do Direito da Oposição, que consta do referido artigo e não convocou o Partido Comunista Português, nem o Partido Ecologista Os Verdes e provavelmente também não convocou o Partido Social Democrata para serem ouvidos no âmbito do direito de oposição.
- 51. Parece, à Bancada da CDU, que esta seria uma questão importante e não algo de menor relevância, pois está a falar-se do incumprimento de uma Lei, da desvalorização da oposição e de uma atitude que poderia chamar de arrogante, tendo em conta que o Presidente já fez isto no passado e não foi por desconhecimento.
- 52. O **Membro Custódio Vale de Gato** agradece o envio do documento relativamente à cobrança de IMI, que a Presidente da Assembleia lhes fez o favor de fazer chegar.
- 53. No entanto, refere que o pedido apresentado era um bocadinho mais além do que a resposta contém.
- 54. Afirma que o pedido apresentado pela Bancada do PSD era no sentido de se ter uma comparação dos três últimos anos de cobrança de IMI e o que lhes foi fornecido é apenas relativamente ao último exercício.
- 55. Agradecia que fosse tomada a devida nota e que lhes fosse complementada a informação com os dois anos anteriores a este, relativamente a esta matéria.
- 56. A Presidente da Assembleia informa que tomou nota da questão em causa.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.º Ponto – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS



- 57. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 1.º ponto da ordem de trabalhos, informando que foram feitas algumas alterações como foi sugerido pela Bancada da CDU, mas alguns pontos, que irá enumerar, não foram alterados.
- 58. No artigo 12.º, no ponto 5, não foi alterada a hora do término da sessão, referindo que como acontece em muitas Assembleias a nível nacional, o término é às 24 horas.
- 59. Refere que as sessões da Assembleia Municipal de Vendas Novas começam, normalmente às 21 horas e considera que é perfeito se terminar às 24 horas e em 4 anos, existiram 2 assembleias que se realizaram à tarde, considerando que neste momento o regimento não deve ser alterado neste ponto.
- 60. No artigo 19.º na alínea 2, no período de intervenção do público foi feita uma retificação para: "Os cidadãos interessados em intervir para solicitar esclarecimentos terão de fazer a sua inscrição no início deste período, referindo o seu nome, para efeitos de gravação da sessão".
- 61. O artigo 24, ponto 5 foi mantido, os Vereadores só poderão intervir no final da reunião para exercer o seu direito à defesa de honra, continuando igual ao último regimento.
- 62. O artigo 37.º, ponto 2, irá continuar igual, informando que era solicitado o mesmo ser alterado para "salvo por razão de força maior", mas nestes casos o que pode ser feito é justificar a falta.
- 63. No artigo 38.º, no n.º 1, já é dito que "As sessões da Assembleia Municipal são públicas devendo ser publicadas", afirmando que as mesmas já são publicadas na rede social Facebook e na página do Município, não considerando, a mesa, que seja relevante e essencial estar no Regimento.
- 64. O **Membro José Leitão** pergunta o que é que a Presidente não considera relevante estar no Regimento, pois não percebeu.
- 65. A **Presidente da Assembleia** informa que estar nas redes sociais e na página do Município já é um procedimento normal.
- 66. O **Membro José Leitão** afirma que a Presidente se deve estar a referir é que a Bancada da CDU solicitava também a inclusão da ordem de trabalhos, que continua a não constar do n.º 1 do artigo 38.º do Regimento.
- 67. A **Presidente da Assembleia** afirma que já está no Facebook e na página do Município, perguntando porque razão terá de constar do Regimento, considerando que será apenas para sobrecarregar o regimento com coisas desnecessárias.
- 68. O **Membro José Leitão** afirma que a questão é que o edital e todos os outros que são afixados, devem ter a ordem de trabalhos e não só o dia, a hora e o local onde é realizada a Assembleia Municipal.
- 69. A **Presidente da Assembleia** esclarece que o Edital tem tudo, o que poderá ser confirmado no Facebook.
- 70. O **Membro José Leitão** lembra a Sr.ª Presidente que, quando era secretária do anterior Presidente da Assembleia, verificou-se uma discussão sobre esta questão, em que houve uma forte oposição, no sentido de se colocar a ordem de trabalhos nos editais.
- 71. A **Presidente da Assembleia Municipal** afirma que na altura não constava a ordem de trabalhos, mas agora a ordem de trabalhos já consta dos editais.
- 72. O **Membro José Leitão** refere que não estando incluído no Regimento essa referência, a mesa poderá fazer conforme lhe apetecer, com ou sem ordem de trabalhos, afirmando que o que a Bancada da CDU pretende é que fique referido no Regimento que a ordem de trabalhos também deve constar dos editais.
- 73. A Presidente da Assembleia Municipal informa que poderá ser feita essa pequena alteração.

- 74. No entanto, estar referido que terá de estar no Facebook e na página do Município não será feito porque é de Lei.
- 75. Em relação à questão do Regimento, o **Membro José Leitão** refere que em relação ao artigo 12.º, em que a Bancada da CDU defendia que deveria terminar às 24 horas, afirma que a referida Bancada continua a defender que a Assembleia devia terminar às 24 horas, porque se corre o risco de se terem sessões a iniciarem-se de manhã e prolongarem-se durante um dia, o que não faz sentido nenhum, porque depois não são produtivas e conhece alguns Concelhos onde isso acontece.
- 76. Quanto à questão da participação do público, a Bancada da CDU congratula-se que tenha sido retirado o "antecipadamente", pois consideram que não fazia sentido e além do mais não era prática da Assembleia.
- 77. Em relação à defesa dos Vereadores e do seu bom nome, consideram que os mesmos deverão ter direito a fazê-lo no ponto e não no final da Assembleia Municipal, porque é na altura que se deve dar a resposta e não passadas, uma, duas, ou três horas, podendo acontecer situações dessas.
- 78. Informa, ainda, que a Bancada da CDU continua a defender a questão de "salvo por razões de força maior", no artigo 37.º, porque uma vez teve de sair a meio de uma sessão da Assembleia Municipal, porque recebeu uma chamada telefónica pessoal, motivo que o levou a abandonar tal sessão, e daí a insistência em constar do regimento "salvo por razões de força maior", tratando-se evidentemente de exceções mas elas existem e será melhor se as mesmas poderem ser incluídas.
- 79. Face a esta situação, a Bancada da CDU congratula-se que as outras questões colocadas pela Bancada da CDU tenham sido aceites, afirmando que já anteriormente tinha desaparecido a cronometrização dos tempos e por isso a orientação de voto da Bancada da CDU, será, apesar de tudo a abstenção porque há alguns aspetos em que não concordam.
- 80. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 1.º ponto da Ordem de Trabalhos, com alteração no ponto 38, tendo sido **deliberado**, por **maioria**, com 17 votos a favor (15 PS e 2 PSD) e 6 abstenções da CDU, **aprovar a proposta de Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Vendas Novas.**

2.º Ponto - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2018

- Orcamento 2018
- Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividade Municipal)
- 81. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 2.º Ponto da Ordem de Trabalhos, dando a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para fazer a respetiva introdução.
- 82. O Presidente da Câmara Municipal, Luís Dias, saúda todos os presentes e refere que, uma vez que foi tratado na Ordem do Dia, um assunto que tem a ver com as Grandes Opções do Plano, começa por dizer que efetivamente e ao contrário do que foi dito, durante os últimos 4 anos, o executivo sempre convocou a oposição para se pronunciar sobre as mesmas, reconhecendo humildemente que de facto, por falha sua, que assume perante a Assembleia Municipal, no presente ano essa consulta não foi feita, também devido à proximidade com as eleições e ao facto de se querer o orçamento aprovado ainda no presente ano.
- 83. No entanto, em relação a isso refere que o Estatuto da Oposição dá o direito às oposições de participarem, apresentando propostas e uma vez que há muita indignação do Membro Tiago Aldeias, menciona apenas que em quatro anos sempre reuniu com o PCP, com comitivas que o PCP enviava a esta reunião para dizerem que não tinham nada a apresentar, que quem ganha governa, pelo que essa



indignação acaba por morrer solteira nesta Assembleia Municipal, embora da sua parte haja o reconhecimento de que não fez aquilo que deveria ter feito e que não se volta a repetir.

- 84. Em relação às Grandes Opções do Plano para 2018, começa por destacar que são as primeiras GOP's pós eleitorais e que têm na introdução toda uma macro estratégia que o executivo quis espelhar no documento para os próximos 4 anos, mas que depois é detalhada com mais ênfase, uma vez que estes documentos se vão aplicar no ano de 2018.
- 85. Informa que nesta macro estratégia, o executivo tentou refletir aquela que foi a vontade das populações, revertendo nos documentos uma estratégia sufragada pelas pessoas e dando particular enfase ao programa eleitoral que saiu vencedor desse sufrágio, mas também, e porque pensam que a democracia deve ser constitutiva e participada, com a inclusão de várias propostas que constavam nos programas eleitorais dos outros partidos, porque entendem que nem todos são bons, nem todos são maus e que mais do que os partidos, há muito que os une, e a experiência autárquica provou isso mesmo, que conseguiram trabalhar em conjunto pelo bem de Vendas Novas e, portanto, o executivo incluiu nas GOP's muitos projetos que eram dos programas dos partidos que agora estão na oposição.
- 86. Informa que nesta macro estratégia o executivo seguiu e procurou manter uma linha condutora que já trazia dos últimos 4 anos e construiu as GOP's, o Orçamento, o PPI e o PAM, com base no rigor mas também na flexibilidade, tendo espelhado neles alguma ambição, para aproveitar também as oportunidades que o atual quadro comunitário e outras que possam vir a surgir, tragam para Vendas Novas aquilo que os últimos 2 quadros comunitários não trouxeram, com vista a não perdem nenhum cêntimo do quadro comunitário e de aproveitarem ao máximo esse dinheiro europeu para investir no nosso Concelho.
- 87. Mas este é também um exercício de cautela, sobretudo na previsão das despesas, assumindo e estando espelhadas nos documentos, aquelas que sabem que têm e até indo mais longe, porque na altura que o documento foi aprovado em reunião de Câmara, por exemplo, ainda não estava decidido o salário mínimo e o executivo já previu o aumento do mesmo, de acordo com o que se previa, que eram os 580 euros, tendo assumido essa cautela, na parte das despesas, de espelhar nos documentos o aumento do salário mínimo e também o descongelamento das progressões das carreiras, para que nenhum colaborador do Município de Vendas Novas seja prejudicado.
- 88. Analisando a receita e a despesa, informa que o orçamento se cifra em cerca de 10 milhões e 400 mil euros e quando o executivo preparou a receita, com os serviços municipais, teve o cuidado de o fazer com o rigor que referiu anteriormente e nesse sentido foram feitas previsões calculadas com base naqueles que são os princípios legais que orientam a elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano e em algumas das rubricas orçamentais da receita, utilizaram aquilo que a Lei determina como a média dos últimos 24 meses e noutras os 36 meses, pelo que é feito com base nas médias que a legislação aconselha e impõe, pelo que não há como fugir.
- 89. No entanto, e salvaguarda já esta questão, como já foi feito nos últimos dois exercícios, há uma pequena verba e como se está com um quadro comunitário a decorrer e como poderão haver oportunidades que o executivo poderá não estar a prever neste momento e que venham a abrir entretanto e para que possam não as perder, foi criada uma rubrica nas outras receitas de capital, de 210 mil euros que, no fundo, é uma receita que só será utilizada se se concretizar 100 % da receita, nas outras rubricas alocadas destes fins, tratando-se de uma receita que o executivo tenha alguma flexibilidade orçamental e não perca um único cêntimo do quadro comunitário, por ausência de encaixe na parte das receitas.
- 90. Se se verificar que se chega ao final do ano e que não se executa esta rubrica orçamental, assume nesta Assembleia que, à semelhança do que já tem sido feito, ela sai do orçamento, uma vez que assume que é a única inflação da receita e é uma inflação calculada e bem cautelosa, uma vez que corresponde a menos de 2% do orçamento do Município, informando que se tratou de uma inclusão de receita, que caso venha a ser necessária, vai dar jeito ao executivo e caso não venha, será retirada, não alterando muito a execução orçamental.

- 91. Do lado da despesa, salienta a divisão entre despesas correntes e de capital, com as despesas correntes, como já vem sendo hábito desta câmara e na maior parte das câmaras do país, a assumirem um peso de 72 % do exercício e as de capital de 28 %, em linha com aquilo que foram os últimos exercícios e com aquilo que é a visão e a realidade da maior parte dos municípios, embora as despesas de capital, por via dos investimentos que já falou, acabem por aumentar um pouco, face ao que seria o normal e já houve anos com despesas de capital bem mais baixas do que as que estão previstas nos documentos.
- 92. Nas despesas correntes destaca aquilo que já fez questão de sublinhar, os cerca de 160 mil euros de aumento nos recursos humanos, que tem a ver em primeira instância com a previsão de aumento do salário mínimo, com a previsão orçamental do aumento dos salários por via do descongelamento, das progressões das carreiras, tendo o executivo feito questão de dotar já o orçamento dessa previsão, para não prejudicar os colaboradores e também com algumas contratações, que obrigatoriamente irão ter de ser feitas para suprir algumas falhas em algumas unidades orgânicas da Câmara Municipal.
- 93. Em relação também à despesa, salienta o peso no total de despesas, dos passivos financeiros, existindo cerca de 430 mil euros de passivos financeiros para pagar em 2018, de projetos que vêm de há muitos anos, remontando, alguns deles também a muitos executivos atrás e que o Município ainda está a pagar, tendo o executivo também dotado o orçamento de forma a cumprir com aquela que é a sua responsabilidade, da dotação financeira necessária para estes pagamentos.
- 94. Relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano das Atividades Municipais, informa que o PPI se apresenta com cerca de 2 milhões e o PAM com cerca de 1 milhão.
- 95. Em relação ao PPI, refere que se o documento for analisado com algum cuidado, será possível perceber-se rapidamente que grande parte do mesmo, cerca de 70 ou 80%, está alocado àqueles que são os projetos comunitários que o executivo quer implementar, bem como aos que têm financiamentos garantidos e que o executivo tem projetos prontos para avançar, nomeadamente a requalificação do antigo largo da feira, com a construção do campo em piso sintético e também com os arruamentos, que ainda estão em falta naquela zona da cidade, afirmando que os projetos comunitários são vários, desde a reabilitação urbana, à mobilidade sustentável, estando também todos alinhados com o plano estratégico de desenvolvimento urbano que o Município tem em vigor, aprovado pela CCDR e pela Agência para a Coesão e Desenvolvimento e que, de alguma forma, garantem um "bolo" financeiro que o executivo não quer perder.
- 96. Assume que grande parte deste exercício, em termos de investimentos, irá ser para as ruas, para a mobilidade e para o aproveitamento ao máximo do quadro comunitário.
- 97. Relativamente ao Plano de Atividades Municipais, informa que o mesmo é pequeno, como sempre, cerca de um milhão de euros e é muito pequena a margem política de fazer o que quer que seja com este instrumento, que é tão óbvio quando se analisa que, como manda a Lei, estão aqui inscritas as dívidas dos passivos financeiros, que só isso representa 43 % do PAM do Município.
- 98. Portanto as dívidas à banca estão no PAM, estão alocadas como despesas correntes de atividades, afirmando que 43 % do PAM do Município é automaticamente para o pagamento das dívidas à banca.
- 99. Existem cerca de 20% para as obrigações legais do Município na área da educação, nomeadamente, refeições escolares e transportes, que são obrigações a que não se pode fugir, afirmando que se trata, portanto de um Plano de Atividades Municipais, que deixa o executivo com um pouco mais de 35 % de margem de manobra, pelo que o executivo não podia "inventar a pólvora", nem "fazer milagres", para não fazer "descarrilar este comboio" que já está nos eixos, e de alguma forma chegar-se ao final do próximo ano com as contas em dia e sem gastar o que o Município não tem.
- 100. Para concluir, refere que os membros da Assembleia que analisaram os documentos não devem estranhar o facto de alguns projetos estarem sub-orçamentados, ou seja, com valores muito pequenos, porque isso tem a ver com a gestão tão rigorosa que referiu, pois como se sabe, no orçamento e nas GOP não se pode contar com o saldo transitado, que é o saldo de tesouraria que só em abril é que vai entrar no orçamento do Município, pelo que todos os projetos que virem, quer de investimento, quer de atividades, com verbas residuais, serão muitos deles reforçados depois com esse saldo transitado, quando for aprovada, na Assembleia, a prestação de contas.



- 101. O Membro Tiago Aldeias esclarece que referiu que o Sr. Presidente nos anos anteriores tinha convocado a oposição, que desta vez é que não o fez, considerando que o Sr. Presidente
- possivelmente não deve ter percebido, e daí ter dito que certamente não o teria feito por desconhecimento.
- 102. Refere que é verdade que não convocou a oposição este ano, tendo o Presidente reconhecido esse erro, o que é de valorizar, pois todos devem reconhecer os seus erros, mas considera uma desculpa esfarrapada dizer que não vale a pena convocar porque o PCP não apresentou, estando até a descredibilizar os outros partidos.
- 103. Espera que no próximo ano todos os partidos sejam convocados e se estes apresentarem propostas, apresentam; se não apresentarem, esse será um problema deles.
- 104. Sobre os Documentos Previsionais, o **Membro José Leitão** informa que a Bancada da CDU gostaria de saber porque razão, na minuta da ata da reunião de Câmara que lhes foi enviada, não foi incluída a declaração de voto do Vereador João Teresa Ribeiro, sobre os Documentos Previsionais para 2018.
- 105. Também gostariam de saber, se na página 2 onde se escreveu "Mapa de Pessoal 2017 e aplicação a partir de janeiro 2017" se deve ler "2018", sendo que esta aplicação parece que já não vai ser a partir de 2018, indo ficar adiada por mais 1 ano.
- 106. Considerando a importância que relevam os eixos prioritários no documento, deste anos e nos anos anteriores, porque os seus títulos, projetos e ações alteram de ano para ano, dando-se a ideia de saída, que a relevância dos ditos eixos, não é mais do que demagogia.
- 107. Pergunta se o "Programa de Urbanização de Vendas Novas", na página 8 é o mesmo que o "Programa de Urbanização da Cidade de Vendas Novas", programa I23 das Grandes Opções do Plano, afirmando que uma coisa é dizer Programa de Urbanização de Vendas Novas e outra coisa é dizer Programa de Urbanização da Cidade de Vendas Novas, sendo coisas distintas.
- 108. Pergunta também quais e quantas são as viaturas que a Câmara se propõe adquirir, para recolha dos resíduos sólidos urbanos, verdes e monos, porque nada é dito em relação a isso.
- 109. Pergunta como pensa a Câmara pavimentar a Rua de Timor com 10 mil euros, quando se sabe que o orçamento de execução do referido projeto é bastante mais elevado, fazendo uma ressalva, para além do saldo que transita do ano para o outro, existe um espaço nas GOP's que diz "A definir" e que não tem nada a ver com o saldo do ano anterior, podendo lá ser colocada a verba que se quiser e não está lá metida é porque não se quis colocar, ou seja, isto não remete para o saldo que vai transitar, pois esse saldo será para abril e depois a Câmara logo lá irá coloca conforme entender.
- 110. Agora ali devia estar a verba que o projeto custa e o referido projeto deverá ter um custo que rondará, no máximo 200 mil euros e constam no documento 10 mil euros, considerando que não faz qualquer sentido.
- 111. Reforça que não deverá dizer-se que é por causa do saldo transitado, porque não o é, reafirmando que está um espaço que diz "Não definido", que é onde se devia colocar o resto da verba, pois quando se pede um orçamento, este é dado por inteiro e não apenas uma parte do mesmo.
- 112. Pergunta ainda porque é que os projetos e ações estão sub-orçamentadas em 2018 e nos anos seguintes, afirmando que existem vários.
- 113. Pergunta porque é que os projetos e ações não estão orçamentados na sua totalidade nas GOP's, questiona o porquê dos projetos aparecerem com uma verba no PPI de 2017 a 2021 e no PPI de 2018 a 2021, aparecem com outra menor, sendo que em alguns casos a redução é superior a 30 vezes, ou seja, parece que em termos do mercado os preços baixaram.
- 114. Pergunta porque é que o "Programa Intermunicipal de Combate ao Insucesso Escolar" aparece no Relatório como "Programa de Combate ao Insucesso Escolar", dando assim a ideia de que é um projeto municipal, quando não o é, sendo intermunicipal.

115. Pergunta porque é que o relatório não faz qualquer reivindicação ao Governo, para cumprir as suas competências na resolução dos problemas que afetam a população de Vendas Novas.

- 116. O **Membro João Perdigão** saúda todos os presentes e afirma que, na introdução feita pelo Sr. Presidente em relação a este ponto, foi referido que do mandato anterior para este mandato, há uma linha condutora e de facto, quando a Bancada do PSD analisou o Orçamento 2018 e as Grandes Opções do Plano de 2017, verificou que elas estão praticamente transitadas de 2017 para 2018, o que levanta algumas questões, nomeadamente, o porquê de terem sido adiadas, questionando se terá sido por se estar em ano de eleições, o porquê de algumas das propostas de 2017 não estarem contempladas no orçamento de 2018, perguntando se foram abandonadas, dando o exemplo, do estudo para a criação da Loja do Cidadão ou um dos documentos mais importantes para o Concelho, que é o PDM, que nem sequer está previsto nas GOP's para 2018.
- 117. Relativamente a uma proposta em concreto que está, quer no orçamento de 2018, quer no de 2017, que é a questão do campo de piso sintético refere que a terraplanagem começou no inicio do presente ano, sendo com alguma estupefação que verifica que continua contemplado em 2018 e até o momento continua só feita a terraplanagem e provavelmente no futuro já implicará mais gastos.
- 118. O **Presidente da Câmara Municipal** começa por agradecer as questões que foram fruto da análise dos Membros da bancada da CDU e do PSD, o que prova que de facto a oposição deve ser ouvida, porque se leram os documentos é porque estão com atenção aos mesmos, sendo por isso normal que surjam dúvidas.
- 119. Em relação às questões colocadas pelo Membro José Leitão, começa por afirmar que onde consta 2017/2018, deverá ler-se 2018, tratando-se claramente de uma correção a fazer.
- 120. Quando o Membro frisa os eixos que estão espelhados no documento e fala nos 6 eixos, afirma que classificá-los como demagogia é, em primeira instância, uma falta de respeito para com todos aqueles que os sufragaram, porque de facto estes eixos estavam, e são do programa eleitoral do PS, que saiu vencedor das eleições, pelo que não são demagogia.
- 121. São novos, aparecem este ano porque foram a sufrágio universal, porque houve eleições e normalmente quando há eleições há novos programas eleitorais, há uma nova ambição que deve ser espelhada nas GOP's, nomeadamente no primeiro documento de GOP, pós-eleitoral.
- 122. Portanto, não se trata de demagogia e sim obviamente de uma estratégia que foi a sufrágio, e que foi entregue nas mãos do povo e depois que foi sufragada pelo povo, por maioria, como o Membro José Leitão bem se recorda.
- 123. Não aceita a observação, uma vez que se trata de respeito pelas pessoas e não demagogia, afirmando que nenhum destes eixos vai contra aquele que foi o trabalho de quatro anos; todos eles valorizam, vão pegar em cada uma das estratégias de cada uma das áreas para as ampliar e melhorar.
- 124. Em relação ao número de viaturas para os resíduos e para a recolha de indiferenciados e monos e verdes, informa que o que está previsto, e não está detalhado no PPI, é a receção do camião do lixo no primeiro trimestre do ano, que está neste momento a ser carroçado, tratando-se de um investimento que já veio à Assembleia Municipal onde foi aprovado e enviado para o Tribunal de Contas, como é do conhecimento de todos.
- 125. Neste momento, está a ser preparada a viatura para vir para Vendas Novas, para resolver um dos maiores problemas que existe, que é o da recolha de resíduos sólidos urbanos.
- 126. Também neste fim de ano, foi feita uma candidatura conjunta com a GESAMB, para a recolha porta-aporta de indiferenciados que, se for aprovada, irá permitir a compra de mais duas carrinhas de caixa aberta, de 3.500 quilos de tonelagem, para a recolha seletiva porta-a-porta, nomeadamente, os verdes, o cartão e as embalagens.

d 4

- 127. Informa que estão também previstas as aquisições de outros equipamentos para renovar a frota da Câmara Municipal e a partir de meados de janeiro, começarão a circular duas novas carrinhas para transporte escolar, que como os membros que estavam no mandato anterior se lembram, estavam no mesmo pacote de contratação de leasing do camião do lixo, sendo que, as referidas carrinhas já se encontram em Vendas Novas, faltando apenas matriculá-las e coloca-las ao serviço das nossas crianças.
- 128. Relativamente ao assunto da verba em "não definido" refere que já no passado teve alguns diferendos com o Membro José Leitão sobre matérias legais, pelo que terá de ler um parágrafo da legislação, para que o referido membro perceba até que ponto é que está errado.
- 129. Informa que a composição do orçamento rege-se, num ano, em 3 colunas, nos documentos que foram entregues: a primeira tem o total, a segunda tem a verba definida, que consta do orçamento e que pesa para o total dos 10 milhões e 400 mil do orçamento e tem uma verba não definida.
- 130. Esclarece que o valor "não definido" nunca pode incluir o saldo transitado, afirmando que segundo a legislação, que passa a citar "o não definido diz respeito a financiamento não definido a inscrever de acordo com o financiamento externo em negociação", ou seja, a legislação diz que nas verbas não definidas devem estar os financiamentos externos em negociação, como por exemplo, os projetos comunitários nunca internos e quanto ao saldo transitado, é interno.
- 131. A Câmara Municipal tem, por exemplo, uma carteira de projetos que fez ao longo do ano 2017, que estão praticamente terminados, que vão ser alvo de candidaturas e quando as mesmas forem aprovadas, a verba que está em "não definido" transita para o "definido", porque há a garantia do financiamento externo, no caso, do fundo comunitário para este efeito.
- 132. Dá outro exemplo: as Festas do Concelho.
- 133. Quanto aos patrocínios, informa que no PAM o patrocínio é uma verba não definida, porque se está a negociar com os patrocinadores, entidades externas financiadoras, a introdução desses valores no orçamento.
- 134. Requer que se faça um protocolo ou acordo de patrocínio, ao que quer que seja, a corrida da cidade, a night run, ou outra atividade da Câmara Municipal que seja patrocinada.
- 135. Esclarece que se está a falar de financiamentos externos e nunca saldo transitado, como consta da Lei, afirmando que isso seria uma grande falta de respeito pela Assembleia Municipal, porque o saldo transitado só entra no orçamento da Câmara Municipal depois de vir à presente Assembleia para ser aprovada a revisão de introdução desse saldo e se assim não fosse, se fosse apenas introduzido nas GOP's, bastaria uma alteração ao orçamento feita pela Câmara e não teria mais de vir à presente Assembleia.
- 136. Clarifica que não pode ser inscrito no orçamento o valor do saldo transitado porque, ainda que fosse mais fácil, pois a Câmara Municipal teria mais alguma verba e um orçamento um pouco maior e a partir de janeiro já se poderia começar a gastar o saldo transitado, que oficialmente ainda não se tem, porque ainda não foi feito o apuramento do ano.
- 137. Portanto, tem a ver com as normas contabilísticas e também com a legislação que enquadra a construção destes documentos, afirmando que na Câmara Municipal teve oportunidade de prestar esta informação ao Vereador que esteve presente na reunião, afirmando que se trata de uma informação legal, não se tratando de um capricho.
- 138. Quanto ao programa intermunicipal de combate ao insucesso escolar, informa que o Membro José Leitão também não tem razão porque o programa se chama "Programa Intermunicipal de Combate ao Insucesso Escolar" porque está inserido no pacto de desenvolvimento territorial da Câmara Municipal ou seja, a CIMAC, Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, tem um conjunto de

financiamentos garantidos para além da CCDR e do PEDU, o Plano Estratégico, que permitem à Câmara Municipal fazer candidaturas, já tendo sido feitas para a requalificação da Escola da Misericórdia, e agora da extensão e tem também um "Programa Intermunicipal de Combate ao Abandono Escolar", mas há dois projetos, um para cada Município e todos os Municípios que quiseram e tiveram essa visão, inscreveram nas suas verbas próprias, programas próprios e há o programa que enquadra todos os outros, que é o intermunicipal, esse sim que é o da CIMAC, sendo

139. Para efeito de candidaturas, e uma vez que é da CIMAC, tem de se chamar "Plano Intermunicipal", porque é uma estratégia que é comum e a Câmara Municipal não podia ir sozinha ao referido eixo.

que cada um dos referidos programas tem verbas distintas.

- 140. Portanto, é por essa razão que se chama Intermunicipal e não Municipal, embora o de Vendas Novas seja diferente do de Reguengos, de Montemor-o-Novo ou dos outros.
- 141. Cada um dos Municípios tem uma visão e tem também taxas de insucesso diferentes, afirmando que essa é a justificação.
- 142. Há uma estratégia municipal e uma estratégia intermunicipal de aproximação, para se contribuir para a promoção do sucesso escolar, que é o que se pretende.
- 143. Em relação à Rua de Timor, informa que a mesma é fruto do Orçamento Participativo que decorreu no presente ano, foi votada pelas pessoas e foi um dos projetos vencedores para a categoria de 200 mil euros, sendo óbvio que com 10 mil euros não se faz a referida Rua.
- 144. O que está previsto é que agora foi já colocado os 10 mil euros para que entre janeiro e abril decorra a fase de projeto e os 10 mil euros, em princípio, devem ser suficientes para pagar o projeto de requalificação daquela rua e sem fazer alguma promessa irá tentar-se que seja também a Rua Bento Gonçalves e posteriormente quando se souber o valor exato da obra, serão feitos os ajustes orçamentais necessários.
- 145. Quanto ao PSD e ao Membro João Perdigão, agradece as observações e informa que muitas obras transitam de 2017 para 2018 e que obviamente não foi por causa das eleições, porque se assim fosse o executivo teria acelerado os processos para as ter feito, às vezes mal e o executivo preferiu não o fazer.
- 146. O executivo preferiu travar, fazer bem ou não fazer algumas obras, para não gastar mal o dinheiro dos contribuintes.
- 147. Portanto, o executivo entendeu que não deveria fazer a correr muitos dos projetos de execução que a Câmara Municipal tinha em 2017 só porque havia eleições e preferiu que os projetos decorressem com a normalidade necessária.
- 148. Preferiu fazer revisão de projetos, que é uma prática que o executivo está a implementar neste Município, que é ter duas equipas, uma que faz o projeto e outra que revê o projeto, para garantir que o que vai ser feito, é bem feito.
- 149. Afirma que o executivo poderia ter apressado os projetos e possivelmente na altura isso poderia ter dado jeito ao PSD uma vez que também estava no executivo, mas a verdade é que a decisão comum foi não o fazer e fazê-lo bem feito quando fosse oportuno, quer fosse o partido que estava no executivo ou outro partido qualquer que ganhasse as eleições, nunca pondo em causa a racionalidade dos investimentos.
- 150. Em relação aos projetos que estão sem verba como a Loja do Cidadão, refere que no ano anterior, foi aprovado em Conselho de Ministros, a criação da Loja do Cidadão em Vendas Novas, afirmando que se trata de um projeto complexo que envolve muitas entidades e parcerias.
- 151. Neste momento, está a ser elaborado o projeto técnico para a readaptação do atual espaço das Finanças e da Conservatória, que tem que ser todo reformado para poder acolher a Loja do Cidadão e só depois



de se ter valores é que a Câmara Municipal irá avaliar se tem ou não a capacidade de ter mais serviços públicos em Vendas Novas, de entidades que neste momento não têm a presença no nosso território, sendo esse o grande objetivo do executivo, mas para isso terá de se ter o projeto, que é o que está a ser feito e é essa a razão de não existir verba para investimento, porque de facto ainda não se tem um projeto concluído, pois não se sabe quanto poderá custar, estando a trabalhar-se como a Agência para a Modernização Administrativa para se chegar a um modelo de Loja de Cidadão, para depois se fazer as especialidades, saber o custo do projeto e quando for possível, construir então a Loja do Cidadão.

- 152. Relativamente ao Campo em Piso Sintético e aos motivos do atraso, afirma que se trata de uma obra importantíssima para o desenvolvimento desportivo do Concelho, nomeadamente para todas as crianças que, infelizmente, terão de passar mais este inverno a jogar na lama, informando que o seu atraso se deve a várias questões, umas internas e outras externas.
- 153. Nas questões internas, refere que existem os atrasos normais e assumidos da elaboração do projeto, isto porque foi decidido enviar o projeto para revisão, por ser um projeto caro de mais de 400 mil euros a que se soma mais cerca de 200 mil euros para as ruas, pois está tudo junto no mesmo processo, também ele alvo de um visto do Tribunal de Contas e não querendo correr riscos, o executivo enviou para revisão.
- 154. No entanto, afirma que o atraso não se deve apenas a esta questão, informando que desde setembro que a Câmara Municipal aguarda alguns pareceres de entidades externas, que têm que os dar e a previsão que tem, é que só em 15 de janeiro, os mesmos possam chegar.
- 155. A verdade é que estes são pareceres fundamentais para que a obra possa ser então alvo de um concurso público para escolher a empresa que vai fazer a obra e que possa ir ao Tribunal de Contas para visar o contrato com essa mesma empresa.
- 156. Em relação aos documentos apresentados na presente sessão, o **Membro Valentino Cunha** toma a palavra e destaca a melhoria no saldo corrente, o que solidifica a estratégia que já tem 5 anos, de consolidação orçamental do Município e que permitirá antever, possivelmente, algum saldo de gerência no final deste ano, que também transitará para o ano seguinte e com isso reduzir os juros que se paga pela dívida municipal.
- 157. Refere que o pagamento destes juros permitirá que o executivo, nos seus poderes, consiga investir ainda mais, não só em atividades mas também em obras físicas e obras sociais para todos os habitantes do nosso Concelho.
- 158. Afirma que esta melhoria do saldo corrente é feita, não a partir de uma restrição do aumento da despesa corrente, mas de um aumento da receita corrente superior à despesa, não se verificando nenhuma espécie de estrangulamento dessa própria despesa.
- 159. Destaca também um aumento da importância das funções sociais, não só em percentagem das GOP's, mas também em valor absoluto e que resulta essencialmente de um aumento do investimento nessas mesmas funções sociais.
- 160. Deixa ainda três notas/questões para o Município.
- 161. Em primeiro lugar, considera que seria importante que nos relatórios dos próximos anos os Membros pudessem ter sempre uma comparação dos quadros que lhes são apresentados na Assembleia para, neste caso, o orçamento de 2018 face ao que estaria no orçamento de 2017.
- 162. Embora parte dos membros da Assembleia Municipal sejam os mesmos da anterior Assembleia e tenham fácil acesso aos documentos previsionais, quem o não é tem alguma dificuldade acrescida de fazer comparação de evolução dos números entre dois anos e faria todo sentido, até para ajudar e facilitar o trabalho dos membros.

163. Relativamente à página 14, pensa que exista uma gralha, porque da comparação que fez, verificou que o aumento das transferências da Administração Central, as transferências correntes, é referido que são cerca de 53 mil euros, mas pensa que seja 153 mil euros, o que poderá ser confirmado.

- 164. Na página 19 é referido o aumento do salário mínimo nacional para 580 €, sendo um impacto nas contas do Município, perguntando se há informação de quantos funcionários do Município recebem o salário mínimo nacional.
- 165. Em relação aos argumentos que foram apresentados, afirma que se entra num hábito que vai sendo, possivelmente importado dos Estados Unidos da América, de dizer uma coisa e 5 minutos depois contrariar-se o que foi dito, o que é confuso.
- 166. Tanto quanto foi o raciocínio apresentado na presente sessão pelo Membro Tiago Aldeias, que disse que já não era a primeira vez que o Sr. Presidente não convocava os membros da oposição e depois disse que era a primeira vez que não o fazia.
- 167. Pensa que posteriormente a Ata poderá esclarecer todos os presentes na próxima sessão da Assembleia, se foi isto que foi dito ou não, ou se foi lapso seu.
- 168. Relativamente a todo o argumentário da CDU, refere que todos já perceberam que falar em demagogia é algo que que vem sendo hábito por parte da CDU e chamar demagogia ao programa eleitoral do Partido Socialista, é uma coisa que vem, pelo menos, desde a apresentação do programa eleitoral do Partido Socialista.
- 169. Como todos sabem que durante toda essa campanha eleitoral este argumentário não "colou", tanto que a CDU teve o pior resultado de sempre neste Concelho e não sabe se essa demagogia advém de terem o hábito, das bonitas exposições da Câmara Municipal, com montagens e maquetes de projetos que nunca saíram do papel.
- 170. Possivelmente é essa a demagogia que agora a CDU julga ver nos outros, porque pelos vistos os truques que utilizava durante a sua governação e durante as suas campanhas, pensa que agora o PS faz a mesma coisa, mas afirma que há 5 anos que se está numa fase diferente de governação do Município e pensou que a CDU já tivesse percebido isso.
- 171. Essa alteração do trabalho do Município, obviamente que se vê no próprio relatório que deixa de ser um panfleto do PCP a fazer exigências ao Governo Nacional e passa a ser concentrado nos objetivos e nas necessidades que existem no Município, porque afinal isto é uma Assembleia Municipal e a sua principal preocupação é combater aqueles que são os problemas que existem em Vendas Novas e nas localidades do Concelho.
- 172. Aquilo que muitas vezes, o Governo ou a Administração Central pode não fazer, o Município pode fazer, lembrando-se que quando foi apresentado na Assembleia Municipal a oferta dos manuais escolares também foi dito que isso não era propriamente uma incumbência do Município, que seria do Governo Central.
- 173. Entretanto, esse mesmo projeto foi apresentado e durante vários anos o Município tem vindo a comparticipar os manuais escolares, entretanto o governo, pensando que até por proposta do PCP na Assembleia da República, implementou essa política.
- 174. A **Presidente da Assembleia Municipal** interrompe para dizer que o Membro Valentino Cunha já está a fugir ao ponto.
- 175. O Membro Valentino Cunha afirma que está a falar de uma atividade e de um investimento municipal, considerando que está bem enquadrado no ponto em discussão.
- 176. A Presidente da Assembleia Municipal informa que o que está em discussão é o orçamento.

J.

- 177. O **Membro Valentino Cunha** afirma que a comparticipação dos manuais escolares continua no orçamento, pelo que se integra no ponto.
- 178. A **Presidente da Assembleia Municipal** pede ao Membro Valentino Cunha que se centre no orçamento.
- 179. Para concluir e não deixar o raciocínio a meio, o **Membro Valentino Cunha** refere que essa comparticipação dos manuais escolares até foi aprovada.
- 180. Considera que já não "cola" que se diga que o orçamento do Município e o relatório do mesmo deve ser um panfleto reivindicativo, principalmente desde que os órgãos municipais mudaram de atitude.
- 181. Passando para o PSD, que parecia estar a querer alguma da sua atenção e terá, afirma que não percebe qual é a associação entre o adiamento de obras e as eleições, porque se está no primeiro mandato em que o PS tem maioria no executivo municipal e até há poucos meses o PSD era parte desse mesmo executivo.
- 182. Portanto, se houve algum adiamento de obras, ou obras que não foram concluídas, o Membro Custódio Vale de Gato poderá perguntar ao antigo Vereador do PSD, qual foi a sua razão e ele logo lhe dirá se foi ou não com um eventual alegado objetivo eleitoralista.
- 183. Considera que isso até nem se percebe porque se fosse com um objetivo eleitoralista deveria haver uma antecipação de todas as obras dos anos seguintes e voltar-se-ia ao que já se conhece há muitos anos, de ter as obras e as cerimónias de corta-fitas todas a realizarem-se entre o final de agosto e as eleições, afirmando que quem se lembra do mandato do PS em coligação com PSD, sabe que a prática nunca foi uma prática eleitoralista, sempre foram feitos investimentos desde o primeiro dia de mandato até ao último dia do mandato anterior, pelo que não percebe a acusação, que considera que acaba por ser uma auto-acusação.
- 184. O Membro Custódio Vale de Gato apresenta o seu veemente protesto pela falta de autoridade da Mesa na condução dos trabalhos, que fez com que o membro do PS tenha falado de tudo aquilo que lhe apeteceu sem que tivesse havido qualquer intervenção da Sr.ª Presidente, desconhecendo se o referido membro tem algum privilégio relativamente aos restantes membros da Assembleia, afirmando que foi necessário haver algum protesto por parte das bancadas para que a Presidente interviesse.
- 185. A **Presidente da Assembleia Municipal** intervém, afirmando que na Assembleia todos os membros sempre tiveram o direito de falar, e quando o referido Membro estava fora do ponto, isso foi-lhe transmitido por si.
- 186. Afirma que não se verificou nenhum desrespeito e o trabalho da Mesa não tem de ser colocado em causa, caso contrário o Membro Custódio Vale de Gato está a desrespeitar a Mesa.
- 187. O **Membro Custódio Vale de Gato** afirma que não há desrespeito quando se critica e quando se critica com palavras corretas, não tendo cometido nenhum afirmação que fosse desrespeitosa para com ninguém e pede que a Presidente da Assembleia faça o favor de não falar em cima de quem está a falar, devendo deixar explanar os raciocínios enquanto as pessoas não terminarem e não estiverem a ser fora do âmbito da conversa.
- 188. Cingindo-se ao que era o objetivo da sua intervenção, fazendo uma observação também para o Sr. Presidente, que considera ter sido muito infeliz, quando diz que afinal os membros até leem os documentos, parecendo que é uma exceção ou que é um ato comum as pessoas virem para a Assembleia Municipal discutir documentos sem os ler, parecendo-lhe uma falta de respeito para com a Assembleia e para com o trabalho de todos os Membros.
- 189. Agradece também o didatismo do Membro Valentino Cunha, dando a todos os ensinamentos de comportamentos relativamente à Assembleia e informa que o PSD não se sente refém do passado.

- 190. A legislatura é outra, afirmando que são outros tempos, outros ventos e se não gostam têm que se habituar.
- 191. Relativamente ao orçamento refere que no documento, é apresentado como uma medida, a iniciação do projeto do 15.º mês, perguntando o que é que se entende por iniciação, qual é o calendário, qual é a fórmula, quais são os critérios e como irá ser processado este 15.º mês.
- 192. No que tem a ver com os seus compromissos, refere que o Sr. Presidente diz que se está numa legislatura nova, confirmando que efetivamente é verdade e portanto há compromissos que foram sufragados e que humildemente reconhecem, que o PSD está investido de todas as capacidades para exercer o mandato que os eleitores lhe confiaram, mas afirma também que não é menos verdade que estava assumido, em compromissos do passado e se não os realizou também não honrou esses compromissos.
- 193. Afirma que segundo uma frase que é muito cara ao partido a que o Presidente pertence, "palavra dada é palavra honrada".
- 194. No que tem a ver com algumas das medidas, porque elas são importantes para a quantificação do orçamento, pergunta quais são as medidas para a implementação de um programa de combate ao insucesso escolar, o que está previsto.
- 195. Em relação ao desporto, pergunta quais são as medidas que estão em causa para a otimização energética do Parque Desportivo Municipal.
- 196. No ponto 6, Desenvolvimento de uma Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas, considera tratar-se também de um tema demasiado amplo e gostaria de saber o que é que está previsto e quais são os impactos orçamentais que podem ter, nomeadamente no ano 2018, que é o que está a ser analisado e como é que isso se compagina com o Plano de Emergência Municipal.
- 197. Sabe que mais adiante se irá falar sobre o Mapa de Pessoal, mas pensa que é incontrolável que essa questão seja analisada em conjunto com o orçamento e se a Presidente lhe der permissão irá fazer referência a alguns aspetos do mesmo, porque daí resultam custos que tem que ser inscritos no orçamento.
- 198. Portanto, quando é dito que o Mapa de Pessoal tem um défice de preenchimento de 34 pessoas e depois é apresentado um aumento de 166 mil euros de custo relativamente ao pessoal, que tem a ver com medidas como o aumento do salário mínimo e o preenchimento de lugares que estão vagos, reforça a pergunta que já foi feita, quantas pessoas vão ser admitidas, quando vão ser admitidas, quais são as categorias dessas pessoas, pois para se chegar ao valor de 166 mil euros, naturalmente teve de haver um exercício e tem de haver por trás um conjunto de pressupostos que determinem chegar-se a esse resultado.
- 199. O **Presidente da Câmara Municipal**, em relação à falta de respeito e porque o Membro Vale de Gato não o merece pois já foram colegas, de Bancadas diferentes, em mandatos anteriores, informa que não gostou de assistir ao que aconteceu na presente sessão, até enquanto ex-Membro da Assembleia Municipal, porque efetivamente, já com o Presidente da Mesa José Filipe Barradas existia uma tradição democrática de debater os assuntos e esgrimir argumentos, porque é para isso que serve a Assembleia Municipal.
- 200. Pede desculpa ao Membro Vale de Gato, mas afirma que, enquanto ex-Membro, lhe faz confusão que se procure limitar a discussão de assuntos ou a apresentação de argumentos, sejam eles de que natureza forem, podendo ou não gostar, mas considera que isso é limitativo do poder democrático deste órgão.
- 201. Refere que, enquanto colegas da Assembleia Municipal e tendo participado em tantas sessões em que aconteceram situações idênticas, não esperava ver o Membro Vale de Gato tão ofendido e de alguma

J.

forma irritado, pelos argumentos que estavam a ser usados, até em resposta a "alguns ataques" feitos pela oposição.

- 202. Afirma que ficou mais ofendido com a forma como o Membro Vale de Gato se dirigiu à Presidente da Assembleia Municipal, que merece o respeito de todos, dizendo "Não fale por cima de mim", considerando que isso ainda fica mais mal porque o referido membro lhe merece o respeito que sempre lhe teve e vai continuar a merecer, como não pode deixar de ser.
- 203. Sobre as questões que o Membro Vale de Gato apresentou, bastante pertinentes, refere que frisou a importância dos Membros terem lido os documentos, porque os mesmos não são fáceis de ler, são pesados e têm muitas matérias, informado que em relação ao 15.º mês a resposta era fácil de obter se o referido Membro tivesse lido com atenção a linha onde está o 15.º mês porque poderia ver que só está previsto iniciar em 2020, sendo um projeto que está sem valor e para iniciar em 2020.
- 204. Até essa data, irão decorrer todos os procedimentos da criação de um regulamento para clarificar todas as questões apresentadas pelo Membro Custódio Vale de Gato, informando que quando o referido regulamento estiver pronto, terá de se ouvir a Rede Social e terá de vir à Assembleia Municipal para aprovação, uma vez que tem eficácia externa.
- 205. Refere que nos documentos consta que será para 2020 e não para este ano e estão inscritos porque tem a ver com a estratégia que o executivo segue, pois como referiu constam dos documentos os principais projetos que o executivo assumiu, afirmando que para o PS "palavra dada é palavra honrada".
- 206. Afirma que gostaria que o Membro Custódio Vale de Gato enumerasse quais foram os compromissos que assumiu e que não cumpriu ou que o PS assumiu e não cumpriu, sem motivo, porque de facto não se está a lembrar de nenhum, todas as principais propostas feitas no mandato anterior foram cumpridas.
- 207. Portanto, o executivo não tem de assumir a não ser os que já estavam compromissados e a esses não faltaram a nenhum, gostassem ou não, concordassem ou não, todos os compromissos que vieram do passado, da gestão da CDU, o presente executivo assumiu, até os que não estavam registados, como as faturas das águas, pelo que afirma que aceita muita coisa, mas não aceita que se diga que o executivo não assume os compromissos do passado, porque efetivamente são pessoas de bem e "quem não se sente, não é filho de boa gente".
- 208. Sobre o combate ao insucesso escolar, afirma que teve oportunidade de explicar; trata-se de um processo que está a ser construído em conjunto com a CIMAC, que tem um "chapéu", tem medidas comuns a todos os Municípios e tem um projeto do Município de Vendas Novas, que ainda não se encontra fechado e está também a ser alvo de trabalho com o Agrupamento de Escolas de Vendas Novas e com outros parceiros e não estando concluído, considera que é falta de respeito, também para com essas entidades, estar a apresentar o mesmo.
- 209. Quando o referido projeto estiver concluído, assume o compromisso de o enviar para conhecimento da presente Assembleia, mas considera que não o deve fazer nesta altura, até porque o processo em causa está a ser alvo de candidatura.
- 210. Em relação à otimização energética do Parque Desportivo, informa que o que está em causa para as verbas definidas e não definidas, tem a ver com uma candidatura que foi feita em dezembro de 2016, ao Aviso 21 do Fundo de Eficiência Nacional, que basicamente tem a ver com a construção de uma caldeira de pellets com aproveitamento térmico-solar no Parque Desportivo.
- 211. Trata-se de uma candidatura que foi feita e que aguarda aprovação há precisamente um ano e o executivo soube agora que recentemente foi publicada uma nova estratégia para este fundo, que saiu em Diário da República e terá de se aguardar mais um tempo até ser aprovada, mas tem a ver com a otimização energética da parte mais "pesada" da fatura energética do nosso Parque Desportivo, que tem a ver com as piscinas, com aquecimento térmico das águas, do ambiente, dos duches, painel,

- caldeira e permitirá reduzir uma fatura muito pesada que o Município tem, nomeadamente nos meses de inverno, com o Parque Desportivo.
- 212. Relativamente às alterações climáticas, refere que se trata de um novo projeto que foi apresentado este ano e criado na CIM, estando agora também a ser iniciado o processo de construção do mesmo.
- 213. Informa que o executivo inscreveu no orçamento muitos projetos que não são apenas do Município de Vendas Novas, são globais, onde estão também outros Municípios e este é um deles, afirmando que está criado um grupo trabalho com os Municípios, a Universidade de Évora e outros parceiros também científicos, para de alguma forma desenvolver um programa que permita ao Alentejo Central, ao Distrito de Évora, poder munir-se de projetos, depois municipais, para fazer a implementação de medidas concretas.
- 214. Neste momento, o que está em curso e o dinheiro que está previsto no projeto, tem a ver com os estudos prévios que estão a ser elaborados.
- 215. No que diz respeito aos recursos humanos, que foi a última questão, refere que irá já abordar o Mapa de Pessoal pois concorda que os Documentos Previsionais não são alheios a esse documento.
- 216. Em relação ao Mapa de Pessoal, como foi frisado pelo Membro Custódio Vale de Gato, existem 205 postos de trabalho preenchidos, o que corresponde a uma diminuição de quase 60 pessoas face a 2011, mas o Membro Vale de Gato, lendo com atenção, poderia obter resposta ao que perguntou.
- 217. Afirma que da leitura da página n.º 6 pode perceber-se que os 34 postos de trabalho não são os a contratar, são postos de trabalho a preencher, mas em baixo do quadro encontra-se uma explicação que diz que além dos que serão contratados, estão reservados todos os lugares aos técnicos, em algumas circunstâncias, nomeadamente, comissões de serviço, mobilidade, interna ou externa, assessoria, informando que existe uma série de lugares, destes 34, que estão preenchidos, a maioria, obviamente de pessoas que estão no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal e que não se podem apagar, pois a qualquer momento podem voltar para a Câmara Municipal.
- 218. Passa a enumerar, informando que dos 34, são 12 assistentes operacionais, sendo que destes 10 correspondem a previsões efetivas de necessidades, ou seja dos 12, 10 são para contratar e 2 estão ocupados com pessoas em comissões de serviços, no ponto acima constam 5 assistentes técnicos, 2 previsões efetivas de lugares a ocupar, 2 reservados a trabalhadores nomeados e um reservado a trabalhador em mobilidade interna, pelo que afirma que dos 34 nem todos são a contratar tal como está explicado no documento, apesar de considerar que seria muito bom contratar agora 34 trabalhadores porque fazem falta.
- 219. Pelo que o Mapa de Pessoal para o ano 2018 que é apresentado e que posteriormente será colocado a votação, apresenta 205 lugares preenchidos, que são os trabalhadores que se encontram efetivamente ao serviço do Município e 34 a preencher, onde constam aqueles que se têm de reservar e os que irão ser ocupados com os concursos que serão lançados.
- 220. O **Membro José Leitão** informa que a Bancada da CDU abordará o Mapa de Pessoal, no ponto seguinte, não vão misturar porque a complexidade do Mapa de Pessoal é grande, pelo que merece por si só, uma análise cuidada e não se misturarem as coisas.
- 221. Refere que o Sr. Presidente disse que os eixos prioritários advêm do programa eleitoral do PS, afirmando que no ano passado eram 5 e há 2 anos eram 3 e têm andado a saltar e para o ano que vem cá estarão para ver quais serão os eixos prioritários.
- 222. Afirma que é evidente que a Bancada da CDU não diz o que o Sr. Presidente diz, que incluir o saldo transitado, pois sabem que neste momento não existe nenhum saldo transitado, pois não pode haver dado que as contas não estão fechadas.



223. Por isso, o Presidente não pode dizer, como disse, que a Bancada da CDU estava a querer introduzir o saldo transitado na Rua de Timor, porque ele ainda não existe.

- 224. A Bancada da CDU diz é que na Rua de Timor estão 10 mil euros, no projeto que a Câmara Municipal assumiu que realizaria no próximo ano e que aquela verba é manifestamente insuficiente e consequentemente devia lá estar a verba correta e serem retidas verbas de outros projetos, porque o programa criado pela administração do PS, da votação para o Orçamento Participativo devia imediatamente cativar as verbas na sua totalidade, em relação aos projetos, para não acontecer esta situação, em que aparece agora uma verba de 10 mil euros para um projeto que se sabe ser de mais de 100 mil, o que não faz sentido e depois aparece também um projeto de uma rua no valor de 500 euros, ou as bicicletas, afirmando que há já aqui alguma falta de coerência, mas a Bancada da CDU não falou em incluir verbas do saldo transitado.
- 225. Depois foi referido o Programa Intermunicipal de Combate ao Insucesso Escolar, em que o Sr. Presidente diz que o Programa Intermunicipal de Combate ao Insucesso Escolar e o Programa de Combate ao Insucesso Escolar promovido pela Câmara são programas distintos, o que aceita, mas não vê em orçamento nenhuma verba para o Programa de Combate ao Insucesso Escolar, só vê para o intermunicipal, pois se o Presidente diz que são programas diferentes deveriam constar verbas diferentes.
- 226. Sobre a incoerência do orçamento, refere que no orçamento do ano passado existia uma verba de 275 mil euros para ciclovias e via pedonal, de modo a interligar a Avenida 25 de abril e o Parque Desportivo, o Parque de Feiras e Exposições e as Escolas Secundária e C+S e neste momento o valor em questão é de 80 mil euros.
- 227. No ano 2016 o valor inscrito para o Programa de Intervenção para as Comunidades Desfavorecidas era de 900 mil euros e este ano estão inscrito 25 mil euros.
- 228. No ano passado existia a requalificação da Rua General Humberto Delgado com 150 mil euros e este ano estão lá 30 mil euros.
- 229. No ano passado existia a requalificação do Espaço e Criação do Espaço Verde junto à Rua António Coelho de Oliveira, onde estavam 60 mil euros e este ano estão lá 10 mil euros.
- 230. O ano passado existia 85 mil euros para a Requalificação do Largo da Câmara Municipal e este ano estão lá 20 mil euros.
- 231. A Requalificação da entrada Oeste de Vendas Novas, no ano passado valia 285 mil euros e este ano vale 30 mil euros.
- 232. A Requalificação Urbana da Avenida da Misericórdia com vista à promoção de meios de mobilidade suave, valia 345 mil euros o ano passado e este ano vale 150 mil euros.
- 233. Pergunta se o que referiu é coerência, se é uma linha de continuidade em gestão ou se será andar a distribuir assim o dinheiro pelos projetos e deixar andar.
- 234. Sobre a intervenção do Membro Valentino Cunha pede desculpa pois pensava que lá pelos corredores do poder tivesse aprendido um pouco mais, mas está a decair e a ir pelo mau caminho.
- 235. O Membro Custódio Vale de Gato faz uma correção à interpretação e não mais do que isso, pois cada um interpreta como entender, afirmando que não foi sua intenção faltar ao respeito a quem quer que seja e muito menos à Sr.ª Presidente.
- 236. O que fez foi, única e simplesmente, tentar exercer o seu direito, que é de falar sem ser interrompido e não estava a conseguir, pedindo desculpa pois possivelmente o tom não foi o mais correto e ainda que a sua interpretação não seja essa, se a Sr.ª Presidente se sentiu ofendida, pede desculpa.

- 237. No que tem a ver com o número de pessoas a admitir, informa o Sr. Presidente que leu o documento, apesar de ser dito com alguma frequência que os membros não leem com atenção, o que poderá
 - acontecer é que podem não interpretar ou podem querer ouvir a explicação do Presidente ou podem querer confirmar se a interpretação está correta e é disso que se trata.
- 238. Afirma que a sua pergunta não era se eram preenchidos os 34 postos de trabalho, mas sim dos 34, quantos é que seriam preenchidos e não era um erro da sua parte e o Sr. Presidente acabou por responder, confirmando os seus pensamentos.
- 239. O **Presidente da Câmara Municipal** irá ser bastante sucinto, pois pensa que já não há dúvida, apenas se está a esgrimir argumentos sobre as mesmas dúvidas que pensa estarem esclarecidas.
- 240. Sobre o que foi dito pelo Membro José Leitão de que devia estar o valor total na Rua de Timor e que deveria ser retirado de outro lado ou de outro projeto, afirma que o membro disse claramente que o saldo transitado tinha de estar no "não definido", perguntando à Bancada da CDU se fosse colocado os 200 mil euros que foi o valor que está do Orçamento Participativo, que projeto é que não seria executado, se não terminava a Escola da Extensão que está comprometido, não faria o Campo Sintético que está em andamento, não requalificava as ruas da Cidade, não comprava os equipamentos e viaturas que a Câmara precisa para reforçar o seu parque automóvel.
- 241. A questão que coloca é qual seria a sua escolha.
- 242. Refere que é muito bonito que se diga que deveria tirar-se de outro lado, perguntando de onde seria retirado e que projetos é que a CDU não executava deste orçamento, qual era o projeto de investimento de que preteriam para lá colocar os 200 mil euros, afirmando que a receita é a receita e foi por esse motivo que a Câmara de Vendas Novas chegou onde chegou.
- 243. É que a receita era inventada para se colocar toda a despesa que se queria no PPI e no PAM e o atual executivo não faz isso.
- 244. Se a receita prevista são 10 milhões e 400 mil euros, a despesa também são 10 milhões e 400 mil euros, nem mais um cêntimo
- 245. Quando se tiver o saldo transitado, porque é uma ferramenta que a Câmara Municipal tem e que é útil e porque fazem planeamento e no tempo conseguem prever isso, serão reforçados os projetos que o executivo considerar que devem ser reforçados e que tem a previsão de reforçar.
- 246. Volta a perguntar ao Membro José Leitão o que é que a CDU não faria do que está no presente Plano de Investimento com o valor de 200 mil euros, se seria do Plano Estratégico Desenvolvimento Urbano, da Educação, da Cultura ou do Desporto, considerando que também era importante que se percebesse isso, não bastando dizer-se que deveria ser retirado.
- 247. Terá de se perceber de onde e o executivo analisaria e poderia chegar à conclusão que a CDU teria razão, que seria mais prioritário fazer já em janeiro a Rua de Timor, mesmo sem projeto, pois a referida Rua não tem projeto, foi a sufrágio no Orçamento Participativo até outubro passado.
- 248. Afirma que se trata de uma não questão e já percebeu que escapou ao Membro José Leitão, pois a CDU veio com o mesmo argumento na reunião da Câmara, que defendia que o saldo já devia estar na parte "não definida" do orçamento, referindo que não pode ser e já mostrou a razão.
- 249. Quanto ao Combate ao Insucesso Escolar, refere que se o Membro José Leitão analisar bem o Mapa, poderá verificar que existem duas rubricas, uma corresponde ao projeto municipal e outra ao projeto intermunicipal, informando que tem que ter o mesmo nome porque faz parte do Pacto de Coesão Territorial do Alentejo Central.
- 250. Informa que no orçamento, na página 2 no PAM, existe uma linha que tem uma rubrica com uma classificação económica que é o projeto municipal e a outra linha é o projeto intermunicipal, estando



dividido em duas rubricas ou no caso em sub-rubricas, afirmando que o que era solicitado está também no mapa.

- 251. Quanto a Projetos de anos anteriores sem verbas, afirma que o executivo do PS gostava muito de conseguir lá colocar 50 milhões de projetos para executar já, mas uma coisa é ter visão, outra coisa é ter os "pés na terra" e quando o executivo tem de tomar decisões e decidir com o que avança, é em função do que tem e não do que gostaria de ter, tal como se faz na gestão familiar.
- 252. O executivo coloca no orçamento os projetos que são as suas prioridades sendo óbvio que se alteram de ano para ano, em função da evolução das coisas.
- 253. Afirma que o plano estratégico tem lá todos os projetos que o Membro José Leitão enumerou, que fazem parte da estratégia do executivo, que tem até 2021, no mínimo, para os implementar, indo ser obviamente ampliado até 2024, segundo se ouve dizer, afirmando que esse dinheiro está garantido e as verbas das quais o Membro José Leitão falou que estão em "definido" são o equivalente aos 15 % que a Câmara Municipal tem de garantir.
- 254. Afirma que os projetos continuam a ser prioridade e continuam a fazer parte da estratégia do executivo, só que neste momento só lá constam os 15 % do valor total dos projetos e espera ter candidaturas aprovadas e os projetos feitos, para os implementar todos e não perderem nenhuma verba deste Quadro Comunitário.
- 255. Sobre a questão do Membro Custódio Vale de Gato parece que a mesma foi respondida, pois os números estão bem espelhados no documento.
- 256. O **Membro Valentino Cunha** pede desculpa se desiludiu o Membro José Leitão, pois gostaria de estar mais à altura das expectativas, o que irá tentar fazer.
- 257. Tendo em conta que o Sr. Presidente se ausentou, o **Membro João Perdigão** sugere um intervalo de 5 minutos.
- 258. A **Presidente da Assembleia Municipal** concorda com a proposta do Membro João Perdigão e informa que se irá fazer um intervalo de 5 minutos.
- 259. Relativamente ao presente mandato e nomeadamente ao eixo 6, que no entender da Bancada do PSD é um dos mais importantes, o **Membro João Perdigão** refere que se levantam duas questões relativamente ao ponto 1 e ao ponto 2.
- 260. Relativamente ao ponto 1 e para perceber a importância da segunda fase da StartUp, pergunta se até ao momento a procura é maior do que a oferta, para que haja a necessidade de seguir para a segunda fase e também gostaria de perceber, à semelhança do que aconteceu com a Kimisciences, o número de postos de trabalho que foram criados, aquando da criação desta StartUp.
- 261. Se são postos apenas autocriados dos respetivos empreendedores, ou se vão para além disso, à semelhança do que vai acontecer agora com a Kimisciences.
- 262. Em relação ao ponto 2 e tendo também um pouco a ver com a última Assembleia, quando se falou da derrama, em que até sugeriu que esse dinheiro fosse alocado para feiras internacionais a fim de divulgar o parque, pode ler-se no documento que é propósito deste executivo o desenvolvimento de um Plano Estratégico de divulgação do Parque Industrial, perguntando, se há um plano estratégico de captação e fixação de empresas, que no seu entender é diferente de divulgação.
- 263. Pergunta ainda o que se entende por Plano Estratégico de Divulgação, se é a representação do Presidente da Câmara Municipal ou qualquer outra delegação no sentido de promover o Parque Industrial.

- 264. O Membro José Leitão refere que o Sr. Presidente o desafiou para dizer quais eram os projetos e ações que a Bancada da CDU tiraria do Orçamento e das GOP's, afirmando que tudo o que se encontra nos mesmos, a Câmara Municipal tem consciência que não o irá fazer, pois não tem dinheiro para isso, nem com Fundos Comunitários e por isso considera que o que seria importante era que este documento deixasse de elencar um conjunto de intenções, para passar a ter um conjunto de projetos realistas, o que não está a acontecer.
- 265. Nesse sentido, o que se assiste é que desde 2015, há projetos que se têm vindo a arrastar nas GOP's e irão continuar a arrastar-se, porque não há dinheiro para os executar, nem nunca vai haver.
- 266. Refere que o Presidente disse também que as reduções eram derivado às comparticipações comunitárias, ou seja, estariam só 15 %, perguntando se a requalificação urbana da Rua Luís António Firmino, com vista à promoção de meios de mobilidade suaves, se 10 mil euros é 15 % de 250 mil euros.
- 267. Em relação à ciclovia e via pedonal para interligar a povoação da Afeiteira à Cidade de Vendas Novas, pergunta se 35 mil euros, é 15 % de 377 mil euros.
- 268. Relativamente à Requalificação Urbana da Avenida 25 de abril, pergunta se 10 mil euros é 15 % de 245 mil euros e em relação à Requalificação Urbana da Rua Catarina Eufémia se 10 mil euros é 15% de 145 mil euros.
- 269. Em relação à questão levantada pelo Membro João Perdigão, sobre a StartUp, o **Presidente da Câmara Municipal** informa que foi inscrito na estratégia, porque existe mais procura do que oferta e irá ter de se avançar com as próximas fases da StartUp e neste momento está já a decorrer o apetrechamento e requalificação do último piso do mercado, para se ter mais um espaço de cowork e mais alguns gabinetes de trabalho, para empresas que estão à espera neste momento.
- 270. No que diz respeito a números, que foram solicitados pelo referido membro, afirma que o ultimo número que tem é do final do mês de outubro, sabe que já houve mais empresas aprovadas, mas não tem na sua posse quais foram e por isso não se compromete com um número concreto.
- 271. Do mês de outubro informa que existiam 25 empresas sediadas, em todas as tipologias, na StartUp Alentejo Vendas Novas Empreende, que geravam, todas elas, pelo menos um posto trabalho, o próprio do empresário, em alguns casos 3 a 5 e noutros casos, que são os casos de sucesso referidos pelo Membro João Perdigão, nomeadamente a Kimisciences, que fez acoplagem em Vendas Novas, via StartUp e que já se catapulta neste momento com as obras bem visíveis no Parque Industrial ou a Labcoco, que também está na StartUp, a preparar os projetos de construção da sua unidade.
- 272. Portanto, empresas que numa primeira fase representam 4/5 pessoas, vão representar no caso da Kimisciences, mais de 30 postos de trabalho e no caso da Labcoco mais de 90 postos de trabalho.
- 273. Assim, refere que a procura está a superar claramente aquela que é a capacidade de oferta neste momento e é por essa razão que se está a continuar com o investimento na StartUp, para dar resposta às empresas e continuar a atrair investimentos
- 274. Em relação ao Parque Industrial e ao Planto Estratégico de Captação de Investimento, afirma que obviamente não se trata só de uma operação de charme, sendo que dois dos pontos da ordem de trabalhos da presente sessão têm a ver com isenções fiscais a empresas, e fazem parte de um Plano Estratégico, por exemplo, de atração de investimentos, sendo óbvio que existe um loby favorável que o Município faz, junto de entidades, que são chave na atração, porque trabalham com as empresas, dando o exemplo da Câmara de Comércio Luso-brasileira, que é um exemplo das quais a Câmara Municipal tem trabalhado com maior proximidade para conseguir atrair alguns investidores, alguns dos quais também se encontram na StartUp.



- 275. No entanto, via relações que a Câmara Municipal tem com Câmaras de Comércio, Embaixadas e com outros representantes de mercados internacionais é feito o loby positivo para Vendas Novas para atrair essas empresas.
- 276. Portanto, afirma que o Plano Estratégico é mais do que apenas a participação numa feira, ou o Presidente da Câmara ir a algum evento, tendo um conjunto de mais-valias para os empresários quando vêm para Vendas Novas.
- 277. Se for interessante para a Assembleia, informa que esse Plano de Atração de Investimento se encontra no site da Câmara Municipal, até porque o mesmo foi desenvolvido no ano de 2014, tendo culminado com o Corredor Azul, se não está em erro, referindo que se os membros assim pretenderem, poderá fazer chegar um a cada Bancada para darem uma vista de olhos e perceberem do que se trata.
- 278. Quanto ao Membro José Leitão, em primeiro lugar agradece a intervenção porque fica bem claro para toda a Assembleia que a CDU não retiraria um único projeto do Plano de Investimentos da Câmara Municipal ou do Plano de Atividades, sendo essa uma medalha colocada ao executivo, que está a seguir o rumo certo para o desenvolvimento do Concelho.
- 279. Em relação ao que a Câmara Municipal não vai executar ou que inscreveu e não conseguirá executar, lembra o Membro José Leitão que existe a coluna do ano para o qual se está a aprovar o orçamento e os anos seguintes, referindo que obviamente a Câmara Municipal não tem os 15 % de muitos dos projetos e por isso é que o PEDU, o Programa Estratégico e o Quadro Comunitário vão até 2021 e não tendo o dinheiro todo, se for possível avançar já com projetos terá de se ter lá uma verba mínima para o fazer.
- 280. Portanto, informa que as verbas que lá estão não correspondem à totalidade dos 15 % porque elas distribuem-se garantidamente pelos anos 2019, 2020 e 2021, considerando que a explicação é simples porque no ano seguinte, se os projetos deste ano forem executados, aparecerão alguns desses projetos, cujo trabalho técnico já foi feito e que vai ser alvo de candidaturas durante o corrente ano ou no ano seguinte.
- 281. É fácil perceber que a lógica da gestão não é apenas do ano corrente, quando se fala de um Quadro Comunitário de vários anos, afirmando que se terá de fazer é dar prioridade aos investimentos que se quer fazer em 2018.
- 282. Destaca que, de facto, estão todos os projetos do PEDU no Plano de Investimentos, tal como tem de ser, pois trata-se de uma estratégia aprovada pela CCDR e por outras entidades.
- 283. Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o 2.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido deliberado, por maioria, com 15 votos a favor do PS, 2 abstenções do PSD e 6 votos contra da CDU, aprovar a proposta de Orçamento para 2018 e a proposta das Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividade Municipal).
- 284. O **Membro Custódio Vale de Gato** apresenta, em nome da Bancada do PSD, a seguinte Declaração de Voto: "A Bancada do PSD abstém-se neste orçamento por entender que ele resulta da aplicação do programa, das ideias de quem legitimamente ganhou as eleições e portanto o PSD não será obstáculo a essa mesma execução da gestão.
- 285. No entanto, se o programa fosse um programa do PSD, naturalmente não seria este o orçamento e daí o sentido da nossa abstenção".
- 286. O **Membro José Leitão** apresenta, em nome da Bancada da CDU, a seguinte Declaração de Voto: "Considerando que o relatório apresentado não é mais que uma cópia dos relatórios anteriores;
- 287. Considerando que os chamados eixos prioritários, são um mero exercício de retórica, alterando o nome de ano para ano, perdendo assim toda a sua possível credibilidade;

- 288. Considerando que os projetos inseridos nos eixos prioritários são um acumular de intenções, arrastando-se de ano para ano e de valor orçamental em valor orçamental;
- 289. Considerando que o mandato 2013/2017 não foi de concretizações, mas sim 2018 vai ser o primeiro ano de concretizações de projetos e ações que, algumas delas se arrastam pelos documentos previsionais do anterior mandado;
- 290. Considerando que as GOP's representam tão só 28 % do orçamento da Câmara para 2018, ou seja, as verbas que estão afetas a investimentos, projetos e ações;
- 291. Considerando a sub-orçamentação dos projetos e ações para 2018 e anos seguintes nas GOP's, tanto no PPI como no PAM;
- 292. Considerando a inscrição de verbas para a execução de projetos, um exercício incoerente e irresponsável, com as verbas inscritas nos mesmos projetos em anos anteriores, conforme ficou demonstrado pelo Vereador da CDU, João Teresa Ribeiro, na sua declaração de voto, que não foi enviada a esta Assembleia com a minuta da ata, na reunião de Câmara Municipal de 21 dezembro de 2017, em que os mesmos 18 projetos em 2017 valiam no PPI 4.729.000,00 euros e em 2018 passaram a valer 1.233.000,00 euros;
- 293. Considerando que nos documentos apresentados não há uma única referência às responsabilidades do Governo e respetiva reivindicação na resolução dos problemas que afetam a população de Vendas Novas;
- 294. Por fim porque os documentos apresentados não dão garantias da máxima rentabilização dos recursos humanos, técnicos e financeiros ao dispor do Município,
- 295. A bancada da CDU vota contra os documentos previsionais para 2018 apresentados pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal".

3.º Ponto - MAPA DE PESSOAL PARA 2018

- 296. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 3.º ponto da ordem de trabalhos e pergunta ao Presidente da Câmara Municipal se ainda pretende acrescentar algo no presente ponto.
- 297. O **Presidente da Câmara Municipal** afirma que não tem muita informação a acrescentar, existindo 205 lugares preenchidos, 34 a preencher, dos quais alguns a contratar e outros ocupados já com trabalhadores noutras situações.
- 298. Sublinha que de 2011 até à presente data, o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal foi reduzido em perto de 60 colaboradores, sendo uma perda de capital humano e de potencial de trabalho muito grande, informando que agora que o Orçamento Estado já possibilita, o executivo, de forma equilibrada, pretende voltar a reforçar as equipas que foram desfalcadas ao longo destes anos, sem no entanto pôr em causa a estabilidade orçamental.
- 299. O **Membro Custódio Vale de Gato** refere que, em aditamento a algumas das questões que a Bancada do PSD foi colocando aquando da discussão do orçamento, considera que as mesmas deverão ser quantificadas no presente ponto, existindo algumas questões que gostaria de ver esclarecidas.
- 300. Assim, pergunta qual é o calendário de admissão, ou de preenchimento dos lugares que, estando vagos, é intenção serem preenchidos.
- 301. Do acréscimo dos cerca de 166 mil euros, pergunta quanto é que corresponde a cada uma das 3 rubricas, a que é proveniente do aumento do salário mínimo, a que é devida pela progressividade das carreiras e a que tem a ver com os novos funcionários, os acréscimos líquidos de salários.



- 302. Informa também que foi encontrada uma gralha no texto, que resulta do facto dos membros lerem os documentos, referindo que, na página 6, onde diz "12 técnicos superiores, sendo que destes 7 correspondem a previsões efetivas de necessidades de posto trabalho por ocupar, depois os restantes 4 estão reservados a trabalhadores que têm vínculo com o Município" ou seja, 7 mais 4 dá 11 e diz que são 12, havendo uma gralha que deverá ser corrigida.
- 303. O Membro José Leitão informa que a Bancada da CDU também já tinha detetado a referida gralha na página 6, o que é sinal que, possivelmente o Presidente passa ao lado dos documentos.
- 304. Pergunta qual a justificação de aumentar o número de lugares do mapa de pessoal, quando os ocupados têm vindo a diminuir e consequentemente os vagos aumentado, referindo que a Câmara Municipal, em 2015, tinha 222 lugares preenchidos e tinha 7 vagos, em 2016, o número de lugares preenchidos baixou para 214 e passaram a existir 11 vagos, em 2017 passou a ter 206 preenchidos, ou seja inferior aos anos anteriores, e aumentou o número de vagos para 22, em 2018 volta a baixar novamente para 205 e aumenta o número de vagos para 34, ou seja mais 12 trabalhadores.
- 305. Considera que não faz grande sentido além do mais tendo em atenção que se deve distinguir entre o número de lugares vagos e o número lugares vagos reais, afirmando que em 2015 existia o número de 7 lugares vagos, sendo que reais eram 6, em 2016 eram 11, sendo que vagos reais eram 7, em 2017 o número de vagos eram 22, sendo que vagas reais eram 16 e, em 2018, dos 34, os vagos reais são 24, pelas contas apresentadas na página 6, na explicação com os trabalhadores que estão em comissão de serviço e nos gabinetes de apoio.
- 306. Pergunta ainda qual a razão porque o número de lugares vagos de técnico superior duplica de 2017 para 2018 e duplica sempre quando analisadas as vagas reais, ou seja, em 2017 o número de lugares vagos de técnicos superiores eram 6, sendo que os vagos reais era 1 e em 2018, o número de lugares vagos de técnicos superiores, apesar da discrepância da página 6, são 12, sendo que reais são 7.
- 307. Pergunta também qual a razão porque ainda não se procedeu à integração de mais assistentes operacionais face à redução do seu número desde 2015, referindo que em 2015 existiam 145 lugares de assistentes operacionais preenchidos e nenhum vago, em 2016 verificou-se uma redução do número de trabalhadores desta categoria profissional passando para 138, em 2017 voltou a baixar para 131 e existiam 10 vagos e, em 2018, há 132, mais um que no ano passado, mas o número de vagos aumentou para 12, sendo que na realidade são 10.
- 308. Por fim, das 24 vagas reais existentes no mapa de pessoal, pergunta quantas e quais a Câmara Municipal irá preencher ou colocar a concurso em 2018.
- 309. Em relação à intervenção do Membro Custódio Vale de Gato, sobre o calendário das contratações, o Presidente da Câmara Municipal informa que a previsão orçamental que foi feita, foi para 19 vagas que a Câmara Municipal prevê contratar para reforçar o seu mapa de pessoal, é de junho para a frente. ou seja, abrindo procedimentos e decorrendo o procedimento de contração pública, o prazo médio dos mesmos são 6 meses e foi previsto no orçamento a partir de junho do corrente ano, mas obviamente depende se o procedimento decorre de acordo com o prazo médio normal, informando, por exemplo, que o último concurso esteve a aguardar-se que fossem feitas as avaliações psicológicas, para ser uma entidade externa a fazê-las e levou cerca de 9 meses a concluir o procedimento, sendo uma questão que, por vezes, ultrapassa a Câmara Municipal.
- 310. Em relação às questões colocadas sobre o salário mínimo, afirma que não tem de cabeça, terá de fazer as contas, mas depende de quantos colaboradores do município recebem o salário mínimo, mas de qualquer forma, informa que não tem o valor global do aumento via salário mínimo, só tem das progressões, porque esse calculo foi feito de 20 mil euros, sendo o valor que está previsto para o descongelamento das progressões das carreiras, tendo sido colocados 20 mil euros com a possibilidade de aumentar essa verba caso seja necessário.

- 311. Quanto à intervenção do Membro José Leitão, que perguntou porque é que há mais lugares vagos de ano para ano, informa que, em primeiro lugar, é porque existem mais pessoas em circunstâncias indefinidas e mobilidades.
- 312. A outra é porque no ano passado, a Câmara Municipal previa contratar mais gente, mas não o podia fazer e por isso não conseguiu fazê-lo.
- 313. Nesse sentido, afirma que o executivo cria os mecanismos para contratar as pessoas de que precisa para trabalhar, caso seja possível e quando o orçamento municipal o permitir.
- 314. No caso, não permitiu contratar mais do que as que realmente foram contratadas, que foram 7.
- 315. Não foi possível contratar mais porque não havia dinheiro, mas estava lá a criação dos lugares que se mantêm para este ano.
- 316. Sobre a duplicação dos lugares, informa que existem mais mobilidades consolidadas.
- 317. No caso, todos os arquitetos da Câmara Municipal saíram no último ano, por mobilidades ou por baixas médicas, estando com baixas prolongadas e também um engenheiro civil, referindo que só nos técnicos superiores, que foi a questão colocada, a maioria é a ala técnica da Câmara, que neste momento não está lá e alguns deles têm de ter o lugar no mapa e outros não tinham, daí a diminuição, porque foram consolidadas entretanto, no caso da Arquiteta Carla Reis e do Engenheiro Ricardo Rocha.
- 318. Informa que não foram contratados mais trabalhadores porque não era possível.
- 319. Em 2017 já foi permitido e isso foi feito e este ano continua a ser permitido e o executivo irá fazer a referida contratação, mas terá de ser feito com conta, peso e medida.
- 320. Financeiramente, não poderá ser alocada toda a tranche para a contratação de pessoas e depois não serem feitos os projetos ou os investimentos que se pretendem implementar, só porque falta gente.
- 321. Afirma que irão ser contratadas na proporção daqueles que são os lugares que o executivo pretende preencher, onde mais baixas se verificaram nos últimos anos.
- 322. Relativamente às 24 vagas, informa que o executivo pretende preencher com 19, nomeadamente 7 técnicos superiores, 2 assistentes técnicos e 10 assistentes operacionais.
- 323. Informa que acabou de conseguir apurar o número de trabalhadores com o salário mínimo, que são aproximadamente 90.
- 324. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 3.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado**, por **maioria**, com 15 votos a favor do PS e 8 abstenções (6 CDU e 2 PSD), **aprovar o Mapa de Pessoal para 2018.**
- 325. O Membro José Leitão apresenta, em nome da Bancada da CDU, a seguinte Declaração de Voto: "A Bancada da CDU absteve-se neste ponto pois, não compreende porque o número total de lugares previstos no Mapa de Pessoal aumenta, quando o número de lugares ocupados tem vindo a diminuir; não vê razão para o número lugares vagos de técnicos superiores duplicar de 2017 para 2018 e septuplicar quando analisada nas vagas reais, ultrapassando assim os 11 % dos lugares totais do Mapa de Pessoal, contra 7,4 % em 2015; não vê razão para a não ocupação dos lugares de assistentes operacionais vagos, grupo profissional que decaiu de 145 trabalhadores em 2015 para 131 em 2017, o que leva a Câmara Municipal a contratar serviços externos que poderiam e deveriam ser feitos pelos seus trabalhadores."
- 326. O **Membro** João Perdigão apresenta a seguinte Declaração de Voto: "A Bancada do PSD absteve-se na sequência da votação do Orçamento, porque a responsabilidade da gestão de pessoal é do executivo".



4.º Ponto - CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE LANDEIRA;

- 327. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 4.º ponto da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para ser feita a respetiva introdução.
- 328. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que, se lhe fosse permitido, iria abordar o 4.º e 5.º pontos em conjunto, como tem sido habitual, uma vez que se tratam de pontos semelhantes.
- 329. Informa que à semelhança de anos anteriores e em acordo com as duas Juntas de Freguesia do Concelho, foram preparados contratos interadministrativos de delegação de competências, que se apresentam à Assembleia, que embora tenham muita coisa em comum, tratam-se de realidades distintas e aplicam-se a realidades distintas e também a um quadro de descentralização de competências distinto.
- 330. Frisa as competências que passaram para a Junta de Freguesia de Landeira, que são mais, pois é uma freguesia que dista a mais de 20 quilómetros da sede do Conselho e onde a eficiência aumenta quando os recursos existem na própria freguesia e onde a Câmara Municipal mais dificilmente chega, informando que as competências foram a manutenção de relvados, áreas ajardinadas e espaços verdes, serviço de limpezas nos jardins e nas ruas, espaços verdes, limpeza de fossas na freguesia e outros serviços, nomeadamente em parceria com a Câmara Municipal.
- 331. Informa que a novidade face ao contrato do ano anterior é que se transita uma competência para a Freguesia de Landeira, nomeadamente, a limpeza das fossas, o que justifica o aumento da verba que transita para a referida freguesia, pois para se transitar as competências, tem de ser dado o "envelope" financeiro necessário para a execução das mesmas e isso foi salvaguardado no Orçamento e também no contrato interadministrativo, referindo que para além dos meios técnicos que as duas Juntas de Freguesia já têm, transitam também as verbas.
- 332. No caso da Junta de Freguesia de Vendas Novas, refere que as competências que passam e já estão com a mesma são a varredura do espaço público, a limpeza de sarjetas e sumidouros, os passeios e a manutenção e limpeza dos mesmos e o corte de ervas, prevendo-se a manutenção da previsão da verba, uma vez que não há mais competências e sendo esta suficiente para a gestão das competências, segundo a informação que tem pelos relatórios.
- 333. A Presidente da Assembleia Municipal informa que os pontos irão ser debatidos em separado.
- 334. O **Membro José Leitão** pergunta se, de acordo com o artigo 115.º da Lei 75 de 2015, existe algum estudo que fundamente os custos deste contrato e, consequentemente, a transferência venha para a Junta de Freguesia.
- 335. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que o atual executivo, quando chegou à Câmara Municipal, há 4 anos, a primeira vez que fez um contrato interadministrativo de delegação de competências, foi precisamente com a Freguesia de Landeira, uma vez que já tinha tido competências anteriormente e despois lhe tinham sido retiradas e o executivo entendeu que a referida Junta deveria voltar a tê-las e o que fez foi recorrer à sua contabilidade de custos para saber quanto é que a Câmara gastava precisamente, em pessoal e em equipamentos e materiais, naquelas que são as competências que transitaram agora.
- 336. Portanto, afirma que com recurso a essa ferramenta muito útil na gestão de hoje, que é a contabilidade de custos, sabe-se precisamente aquilo que a Câmara Municipal gastava nos últimos anos com o referido serviço que não estava delegado na Freguesia.
- 337. Apurado esse valor, informa que o mesmo serviu de base ao primeiro contrato-programa e daí para a frente, com os relatórios com as Freguesias enviam semestralmente e anualmente à Câmara Municipal e que vêm à presente Assembleia, o executivo tem ajustado, de ano para ano, as verbas necessárias e os meios necessários para melhorar a execução destas competências.

- 338. Portanto, afirma que o estudo que foi feito foi com base na contabilidade de custos da Câmara Municipal e tem vindo a evoluir positivamente ao longo dos anos, em função dos acertos de contas, e porque o executivo percebeu que quando passa mais competências e tem o valor que gasta nelas, também as transitam, dando também mais meios do que dispunham para fazer a execução dessa competência.
- 339. O **Membro José Leitão** requer, em nome da Bancada da CDU, que posteriormente lhes façam chegar o referido estudo.
- 340. O **Membro Vítor Serrano** saúda todos os presentes e, uma vez que ali se encontra em representação da Junta de Freguesia de Landeira, gostaria que fossem feitas as contas de quanto valiam os trabalhos na Freguesia de Landeira, entre 2009 e 2013, pelo então executivo da CDU, afirmando que provavelmente não valia nada porque não os tinham.
- 341. Se o Membro Leitão está a solicitar o referido estudo, afirma que como Presidente de Junta, encontrando-se por inerência desse cargo na presente Assembleia, considera que se as referidas contas são tão importantes para a valorização da única freguesia rural que o Concelho de Vendas Novas tem, o que acha bem pois trata-se de uma entidade fiscalizadora e as contas devem ser vistas, perguntando, de 2009 a 2013, se para o executivo à data que estava, se não haviam contas nenhumas para a freguesia da Landeira porque se todos se recordam, a Freguesia de Landeira trabalhou durante quatro anos com uma dívida da Câmara Municipal à referida Freguesia, de 25 mil euros e nessas contas poderão ir sendo feitas as amortizações para ver quanto é que a freguesia de Landeira tem a devolver.
- 342. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 4.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado**, por **maioria**, com 15 votos a favor do PS e 8 abstenções (6 CDU e 2 PSD), **aprovar o Contrato de Delegação de Competências do Município de Vendas Novas para a Junta de Freguesia de Landeira**.
- 343. O **Membro José Leitão** apresenta a seguinte Declaração de Voto: "A Bancada da CDU absteve-se neste ponto pois, não foi apresentada fundamentação para justificar a cláusula 14.ª ou seja, a transferência de 33 mil euros para a Junta de Freguesia de Landeira, o que viola o artigo 115.º da Lei 75/2013".

5.º Ponto - CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE VENDAS NOVAS

- 344. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 5.º ponto da ordem de trabalhos, sobre o qual já foi feita a respetiva introdução por parte do Presidente da Câmara Municipal.
- 345. O **Membro Tiago Aldeias** refere que a Bancada da CDU depois de ler e analisar os documentos reparou que na página 3 não consta o nome da Senhora Presidente da Junta, o que já vem acontecendo também nos anos anteriores.
- 346. Tal como foi feito no ponto anterior, pergunta se existe algum estudo que fundamente os custos deste contrato e a transferência dos 30 mil euros para a Junta de Freguesia.
- 347. O **Presidente da Câmara Municipal** afirma que a resposta é a mesma relativamente ao contrato da Junta de Freguesia da Landeira.
- 348. Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal coloca à votação o 5.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido deliberado, por maioria, com 15 votos a favor do PS e 8 abstenções (6 CDU e 2 PSD), aprovar o contrato de Delegação de Competências do Município de Vendas Novas para a Junta de Freguesia de Vendas Novas.

4

349. O **Membro Tiago Aldeias** apresenta a seguinte Declaração de Voto: "A Bancada da CDU absteve-se neste ponto pois, não foi apresentada fundamentação para justificar a cláusula 8.ª ou seja, a transferência de 30 mil euros para a Junta de Freguesia, o que viola o artigo 115 da Lei 75/2013".

6.º Ponto - 3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO e PPI DE 2017

- 350. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 6.º ponto da ordem de trabalhos, solicitando ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução.
- 351. O Presidente da Câmara Municipal refere que quando apresentou as Grandes Opções do Plano frisou que havia uma rubrica, nomeadamente "Outras receitas de capital" que tinham um valor para o caso de haver um aumento das receitas que dotasse o orçamento da Câmara Municipal de flexibilidade necessária para encaixar essa receita e tal como frisou este ano, também o ano passado quando apresentou as Grandes Opções do Plano, assumiu que caso tal não acontecesse seria retirado do orçamento essa verba.
- 352. Portanto a alteração é para retirar essa verba e também a da requalificação urbana da Avenida 25 de Abril, uma vez que a verba foi reforçada na altura da revisão e que ainda não se tem qualquer execução física, porque terminou agora o concurso público para a escolha da empresa e só agora irá para o Tribunal de Contas, para obtenção de visto e por essa razão não faz sentido ter o projeto e também por uma questão legal que foi sugerida ou exigida pelo Sata Pocal, um grupo de trabalho da Direção Geral das Autarquias Locais, para a criação de uma rubrica própria diferente daquela que tinha sido criada para o pagamento do FAM, o Fundo de Apoio Municipal, tratando-se de uma exigência que obriga a Câmara Municipal a rever o orçamento para fazer o recebimento dos dividendos por esta rubrica, sendo que o ideal teria sido fazê-lo antes, mas como a Assembleia é dia 29, terá de ser nesta data.
- 353. O **Membro José Leitão** informa que a Bancada da CDU considera, que à exceção desta questão do FAM, ou seja, os dividendos, esta revisão tem como único objetivo apresentar taxas de execução elevadíssimas no ano seguinte, quando depois não correspondem à realidade da prática do município no ano da execução, afirmando que como já estão habituados a isso, dão de barato.
- 354. O **Presidente da Câmara Municipal** frisa e sublinha ao Membro José Leitão que o atual executivo não se envergonha das execuções desta Câmara Municipal, ao contrário de outros partidos, afirmando que o atual executivo tem execuções altas e isto representa 3 % do Orçamento executado.
- 355. Afirma que se o Membro José Leitão acha que o executivo está preocupado com as execuções, está enganado, o executivo está preocupado em fazer e não ter dívidas, sabendo que o referido Membro não sabe o que é executar projetos e atividades sem ficar a dever nada a ninguém e é isso que preocupa o executivo: fazer, não dever e pagar a tempo e horas, referindo que as taxas de execução são meramente indicativas.
- 356. O **Membro José Leitão** afirma que por acaso sabe o que é pagar a tempo e horas e o Presidente sabe disso.
- 357. Em relação à Bancada da CDU dizer que se trata de um artificio para depois aumentar as taxas de execução, refere que o Presidente deve lembrar-se que já tiveram uma discussão sobre isso, há dois anos, em que aumentou substancialmente a taxa de execução à custa da revisão, considerando que não vale a pena insistir pois cada um tem a sua opinião.
- 358. O **Presidente da Câmara Municipal** regista a preocupação da CDU, que em vez de 65 % ou 70 %, são apenas 3 %, sendo uma grande preocupação, considerando que a Assembleia deverá ficar muito preocupada com isso e é isso que move o executivo a fazer a revisão.
- 359. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 6.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado**, por **maioria**, com 15 votos a favor do PS e 8 abstenções (6 CDU e 2 PSD), **aprovar a 3.ª Revisão ao Orçamento e PPI de 2017.**

7.º Ponto – ISENÇÕES FISCAIS RELATIVAS A IMPOSTOS MUNICIPAIS DO LOTE 101 DO PARQUE INDUSTRIAL (EXTRAOILS OILS 4 THE FUTURE, LDA)

- 360. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 7.º ponto da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para fazer a respetiva introdução.
- 361. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que também irá focar os dois próximos pontos em conjunto, uma vez que se tratam de duas isenções fiscais, que já foram à Câmara Municipal e que, de acordo com a legislação, são competência da Assembleia, pelo que não podem ser só aplicadas pela Câmara e tem de ser a Assembleia a aprovar.
- 362. Informa que se tratam de duas empresas que estão a nascer no Parque Industrial, uma já em construção e outra que brevemente irá iniciar os trabalhos de fixação, ambas com potencial criador de postos de trabalho, em áreas diferentes daquele que é o corebusiness no Parque Industrial de Vendas Novas e que de alguma forma também integram aquele que é o pacote de atração aos investimentos da Câmara Municipal e o executivo considerou que não deveria ficar indiferente a estas empresas que escolheram Vendas Novas para vir criar riqueza e postos de trabalho.
- 363. Portanto foi aprovado em reunião de Câmara, uma isenção de IMI por 5 anos e 50 % de IMT, no caso Extraoils Oils 4 the Future, Lda e no caso da Kimisciences a isenção de IMI também pelo período de 5 anos, sendo a Assembleia Municipal que agora se deve pronunciar se foi a decisão correta.
- 364. O Membro José Leitão afirma que não se percebe como é que esta empresa no ponto 3.7 "Criação líquida de emprego e a sua qualificação do formulário de isenções fiscais relativos em impostos municipais" não apresenta qualquer criação de posto trabalho, limitando-se a referir conjuntos de generalidades que levaram inclusivamente o técnico que analisa a candidatura, ou alguém por ele, a colocar pontos de interrogação, um traço sobre o texto e comentários infelizmente inelegíveis e obtém a mesma pontuação sem este critério, que a empresa Kimisciences que também solicita isenções fiscais, ponto 8 da Ordem de Trabalho e diz taxativamente e passa a citar "a contratação de 13 trabalhadores para o primeiro ano de projeto" e adiante diz "A empresa dará prioridade à população da região", considerando que é caso para perguntar para que serve o formulário.
- 365. O Membro Custódio Vale de Gato pergunta se os dois pontos estão a ser discutidos em conjunto.
- 366. A **Presidente da Assembleia Municipal** informa que está a ser discutido apenas o Ponto 7, os pontos serão discutidos em separado para serem votados separadamente.
- 367. O **Membro Custódio Vale de Gato** informa que, de qualquer forma, a sua intervenção é genérica, pelo que irá fazê-la agora.
- 368. Informa que a Bancada do PSD se congratula com este tipo de iniciativas, porque elas se inserem exatamente naquilo que é a sua visão de estratégia para o desenvolvimento do Concelho.
- 369. Afirma que naturalmente que têm uma ou outra preocupação relativamente às candidaturas, mas confiam na capacidade dos serviços da Câmara Municipal de monitorizarem o efetivo cumprimento de todos os requisitos, e retirarem os benefícios se não forem cumpridos requisitos que condicionam ambos os projetos de isenção/redução de impostos.
- 370. Acrescenta que, como referiu, é de facto uma estratégia que corresponde também à visão que o PSD tem para o Concelho e apoiam estas iniciativas, considerando que é um fator de dinâmica que, na perspetiva do PSD, tem de ser um traço comum transversal a tudo aquilo que são potenciais investidores que possam colocar-se nessa posição e atrair os mesmos para o Parque Industrial ou para Vendas Novas.
- 371. Naturalmente que considera que a criação dos postos de trabalho é um aspeto extremamente relevante e aí veem com alguma preocupação, que empresas de tecnologia de ponta ou com terminados



requisitos e necessidades tecnológicas possam infelizmente não encontrar resposta para as suas necessidades no tecido laboral em Vendas Novas, considerando que essa é uma preocupação que o Município deve ter como bandeira e procurar atrair para Vendas Novas, indústrias e empresas que sejam capazes de absorver a mão-de-obra que está disponível e que seja excedentária no Concelho, porque de resto o que vai acontecer é que as empresas se vão instalar mas irão ter de procurar mão-de-obra no exterior.

- 372. Dito isto, afirma que esta intervenção é globalmente positiva na perspetiva do PSD, referindo que irão votar a favor desta redução e isenção de impostos.
- 373. O Presidente da Câmara Municipal agradece os comentários e a intervenção do Membro Custódio Vale de Gato, informando que efetivamente tem sido uma estratégia que tem dado alguns frutos e não é a única que o executivo tem para atrair empresas, havendo um conjunto de outros fatores que são determinantes, até na relação institucional entre a Câmara Municipal e empresários que determinem ou que gerem a confiança necessária para depois as empresas também confiarem no território e escolherem o mesmo.
- 374. Informa o Membro José Leitão que a ação é fiscalizadora e de avaliação do cumprimento do que está na candidatura e se existirem desvios face ao que foi apresentado e aprovado, é óbvio que terá de haver uma avaliação do incentivo fiscal, porque de outra forma não poderá ser.
- 375. Portanto, quando se faz uma candidatura e ela é avaliada pelos técnicos da Câmara Municipal, também se acredita que eles são capazes, considerando que os dois técnicos que trabalham na Unidade de Apoio ao Desenvolvimento Económico têm capacidade para fazer essa avaliação, bem como todas as entidades que avaliam este tipo de projetos.
- 376. Se não forem compridos aqueles que são os requisitos com que se apresenta o empresário ou uma empresa para obtenção de um benefício, são obviamente retirados ou reavaliados os benefícios.
- 377. Em relação à qualificação e aos recursos humanos, afirma que é uma questão que tem preocupado o executivo nos últimos tempos e, de forma muito sucinta, informa que felizmente o desemprego tem vindo a diminuir e segundo os indicadores, nos últimos dois anos, Vendas Novas está com menos de 5 % de desemprego, quase metade do desemprego nacional, uma queda importante também para a qualidade de vida social do Município.
- 378. No entanto, o executivo preocupa-se com o facto de poder haver dificuldade em encontrar pessoas qualificadas para servir bem as empresas.
- 379. Para esse problema surgiram duas respostas: a primeira é obviamente que o mercado de trabalho é móvel e as pessoas procuram melhores oportunidades e por parte das empresas também irá haver a necessidade de ajustar as opções salariais para atrair bons quadros para as suas empresas, a segunda opção de análise que o executivo tomou, foi de fazer parcerias para a qualificação imediata de colaboradores, para as áreas que se tem certas no Parque Industrial de Vendas Novas, nomeadamente com o IEFP e com o Centro Qualifica de Vendas Novas, com quem a Câmara Municipal tem uma relação extraordinária e que rapidamente conseguem montar cursos de formação que respondem às necessidades das empresas e dos possíveis colaboradores.
- 380. Existe depois um fator que é o mais importante de toda esta análise, pois, mesmo que venham de fora de Vendas Novas, está a atrair-se pessoas, que mais cedo ou mais tarde acabam possivelmente por ficar em Vendas Novas, afirmando que foi assim que Vendas Novas deu o grande salto de desenvolvimento há umas décadas, com a Fiat, com a MAN, com a Batista Russo, em que muito trabalhadores não eram de Vendas Novas, vieram das freguesias limítrofes para cá e esse aumento populacional pode vir a repetir-se, espera o executivo, com a atração de investimentos.
- 381. Portanto, afirma que não há um risco muito grande associado, porque nos dias de hoje as pessoas se movem com uma facilidade que não moviam há uns anos e porque o executivo considera que, criando boas parcerias com quem pode formar as pessoas para as empresas, está a ajudar também as

empresas, por um outro caminho, pois é criado emprego na mesma e encontra-se a mão-de-obra,

especializada ou altamente especializada, no caso da Kimisciences que não vem toda de Vendas

Novas certamente e terá de vir de fora.

382. O **Membro José Leitão** considera que existe algum problema de audição, ou então desconhecimento dos documentos, afirmando que é evidente que a Bancada da CDU irá votar favoravelmente em relação às isenções fiscais.

- 383. Refere que no documento que foi entregue, o critério P4, diz "criação líquida de emprego e sua qualificação" e diz "tem por objetivo medir a criação direta de emprego privilegiando projetos que criem emprego no Concelho", depois diz "nenhum zero; de um a três 50; de 4 a 9 75 e mais de 9 100".
- 384. Em relação à empresa que está em causa, refere que a mesma não assume a empregabilidade de ninguém.
- 385. No entanto, o fator que é atribuído é de 100, afirmando que é isso que a Bancada da CDU está a dizer.
- 386. O **Presidente da Câmara Municipal** afirma que afinal a chamada de atenção feita anteriormente sobre a leitura dos documentos fazia sentido, pois se os Membros lerem os documentos todos, na memória descritiva da referida candidatura, essa informação encontra-se lá, informando que são 10 postos de trabalho imediatos e a previsão de expansão de 80 a 90 indiretos, sendo que depois essa informação não foi repetida no formulário.
- 387. O **Membro José Leitão** afirma que afinal a Bancada da CDU tinha razão, o formulário não serve para nada, pois se é feito um formulário e depois há uma memória descritiva que tem alguns dados que não se passam para o formulário, apenas se está a gastar papel para nada, referindo que em termos de informação para a Assembleia Municipal não vai ler o documento da empresa e sim o que a Câmara Municipal envia, considerando que é isso que é razoável.
- 388. Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o 7.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de isenção condicionada de pagamento de IMI no período máximo de 5 anos e de IMT em 50%, relativo ao lote 101, localizado no Parque Industrial de Vendas Novas, prédio inscrito na respetiva matriz predial rústica sob o artigo 132, da secção H e descrito na Conservatória do Registo Predial de Vendas Novas sob a descrição n.º 2179/19940407, à empresa EXTRAOILS OILS 4 THE FUTURE, LDA.
- 8.º Ponto ISENÇÕES FISCAIS RELATIVAS A IMPOSTOS MUNICIPAIS DOS LOTES 710 E 711 (PARQUE INDUSTRIAL) - EMPRESA KIMISCIENCES PHARMACEUTICALS MANUFACTURING, LDA
- 389. A Presidente da Assembleia Municipal coloca à discussão o 8.º ponto da ordem de trabalhos e não havendo intervenções, foi o mesmo colocado de imediato à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de isenção condicionada de pagamento de IMI no período máximo de 5 anos, relativo aos lotes 710, prédio inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 9652 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Vendas Novas sob a descrição n.º 4884/20081119 e 711, prédio inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 9653 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Vendas Novas sob a descrição n.º 4885/20081119, ambos localizados no Parque Industrial de Vendas Novas, à empresa KIMISCIENCES PHARMACEUTICALS MANUFACTURING, LDA.

9.º Ponto – INFORMAÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL

390. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 9.º ponto da ordem de trabalhos, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução.

391. O **Presidente da Câmara Municipal** afirma que se irá abster de comentar uma vez que parece que falou de mais na última Assembleia Municipal e embora nenhuma das Bancadas oficialmente tenha dito nada, houve no público quem não gostasse que tivesse falado muito.



- 392. Refere que o referido documento é de carater público, frisando apenas o que por hábito faz e que para os membros que não estavam no Mandato anterior é uma novidade face às Assembleias do tempo da CDU no poder, pois agora consta da informação as dívidas a fornecedores, uma coisa que a oposição da altura, quer o PSD, quer o PSD, sempre exigiu e que nunca foi colocado.
- 393. Destaca que a dívida de curto prazo a fornecedores do Município à data de 30 de novembro era de 531 mil euros, sendo que o grosso deste volume é o acordo de pagamento com as Águas Públicas do Alentejo, que vem de herança e o restante são faturas que estavam a pagamento e neste momento já estão liquidadas.
- 394. A **Membro Sílvia Santos** saúda todos os presentes e informa que a Bancada da CDU tem algumas questões a colocar neste ponto, nomeadamente na questão da acessibilidade da rede viária, na página 17 onde diz que foram colocados lancis e pavimentação de calçada, mas não é dito em que ruas e quantos metros foram.
- 395. No mesmo ponto, fala-se em aplicação de massas betuminosas mas não é referido onde, nem os metros de aplicação.
- 396. Afirma que o mesmo acontece para a reparação para os caminhos de terra, empreitada de requalificação e pavimentos betuminosos e pintura de passadeiras, considerando que, no caso da pintura das passadeiras, deveria dizer quantas foram pintadas pois isso deve constar do caderno de encargos.
- 397. Refere que mais à frente está um pouco confuso porque nos pontos seguintes se volta a repetir, a pintura de passadeiras, a aplicação de massas betuminosas, considerando que se tivessem um pouco mais claros, os pontos não se repetiriam e os membros não teriam estas dúvidas.
- 398. No documento é referido que se repavimentou a Rua Estevão de Almeida, mas não se diz a área de repavimentação, nem se a obra foi por empreitada.
- 399. Na página 18 consta que foram cedidos transportes às coletividades, mas não é referido quais as coletividades, nem quantos quilómetros usaram cada uma das coletividades, sabendo os membros que cada uma das coletividades tem um plafond a utilizar, pelo que considera que também seria importante os membros terem essa informação.
- 400. Por fim, na página 19 diz-se que se realizou a remoção de ervas daninhas e realizaram-se mondas manuais, por uma empresa externa, afirmando que não é referido o nome da empresa e nem a duração do trabalho e nem os respetivos custos.
- 401. Face ao que referiu e por uma questão de transparência e rigor, a Bancada da CDU requer as referidas informações que consideram necessárias e importantes para poderem desempenhar as suas funções como Membros desta Assembleia.
- 402. Em relação às empresas contratadas via procedimentos públicos, o **Presidente da Câmara Municipal** informa que existe um site que é o base.gov, que consta tudo e é público, não necessitando de password para aceder e consultar quais foram as empresas que concorreram e as escolhidas.
- 403. Em relação aos metros quadrados de calçada, afirma que é difícil dizer, quando se anda a tapar buracos nas ruas, quantos cubos de calcário vidrado foram, podendo dizer que foram quatro ou cinco, mas considera que a importância relativa disso para a informação requerida é muito pouca.

- 404. No entanto, irá tentar apurar nestes meses a que reporta a Atividade Municipal e irá solicitar aos técnicos que certamente devem ter essa informação.
- 405. Relativamente às passadeiras informa que foram 1000 metros quadrados, cerca de 95 passadeiras, tendo sido todas as passadeiras da cidade de Vendas Novas que estão sobre a alçada da Câmara Municipal, só não foram pintadas as da Estrada Nacional 4, que estão na alçada das Infraestruturas de Portugal.
- 406. Sobre as pavimentações, afirma que no mandato anterior veio à Assembleia Municipal a informação com a relação de todas as ruas que foram pavimentadas, mas como nem todos os Membros estavam no Mandato anterior, poderá fazer chegar essa informação novamente.
- 407. Em relação à Rua Estevão de Almeida, que é ao lado do Fórum Cultural "A Praça", refere que será uma questão de medir, mas são cerca de 400, 500 metros lineares, em metros quadrados é só medir e fazer as contas e dará essa informação.
- 408. Embora não perceba a importância política da informação solicitada, refere que é óbvio que os Membros têm direito de ter acesso à mesma e tudo o que os serviços consigam apurar, será passado aos mesmos para que façam esse trabalho.
- 409. Em relação aos quilómetros atribuídos às coletividades, informa que os mesmos vão a reunião de Câmara, pelo que se trata de uma informação pública que consta das atas e dos editais e os membros poderão consultar os plafons e os apoios extraordinários atribuídos, pois trata-se de uma competências do órgão executivo e não sua.
- 410. O **Membro Custódio Vale de Gato** afirma que seria interessante saber qual o teor da reunião referida na página 39 do relatório, num dos últimos pontos, onde é referida a participação em reunião com o Montepio Geral, proprietário dos lotes 68 e 69 do Parque, que teve lugar em Lisboa no dia 9 de novembro, em que o Presidente foi representado pela Vereadora Elsa Caeiro e quais foram as eventuais conclusões que resultem em benefício para o Município.
- 411. Sobre a participação em reunião e almoço com o Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Luso-brasileira refere que também gostaria de saber qual foi o tema da referida reunião e qual o interesse para o Município.
- 412. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que se deve ter o cuidado necessário quando se trata destas matérias, sendo que algumas têm algum grau de sigilo, mas pede que se deixe o Membro Custódio Vale de Gato terminar uma vez que está a solicitar a palavra.
- 413. O **Membro Custódio Vale de Gato** refere que era exatamente sua intenção dizer que seja dada a informação sobre o que estrategicamente não fosse em prejuízo do Concelho.
- 414. Com essa ressalva, o **Presidente da Câmara Municipal** refere que a informação que pode dar é que há várias empresas interessadas num lote do Parque Industrial, que é propriedade do Montepio e como tem sido hábito, a Câmara tem servido muito de mediadora, entre entidades bancárias e proprietários de lotes no Parque Industrial e o executivo tenta sensibilizar, nomeadamente, quem é dono, para fazer uma atenção nos preços, que tornem os mesmos mais praticáveis e mais atrativos para aqueles que os procuram.
- 415. Portanto, informa que a reunião da Vereadora Elsa Caeiro com a Administração do Montepio teve a ver com o que referiu, afirmando que ainda não poderá dizer mas pela informação que tem, acha que já há resposta, não sabendo ainda qual é, mas em breve terão novidades, tratando-se de uma empresa com alguma dimensão, a antiga MJO.
- 416. Em relação à Câmara de Comércio Luso-brasileira informa que de facto se insere no programa referido anteriormente de criação de algum loby, junto de entidades que gerem e trabalham com empresas e em primeiro lugar foi para apresentar cumprimentos, tendo sido uma reunião de primeiro

contacto e uma vez que Vendas Novas está a ser procurada por alguns empresários brasileiros, que de alguma forma tentam investir na Europa, neste momento em que têm um Quadro Comunitário que os apoia e um país que os acolhe, foi tentar-se perceber junto da Câmara do Comércio como é que Vendas Novas poderia ampliar a sua voz junto de entidades credíveis e sérias no Brasil, de forma a atrair investimentos para Vendas Novas.

- 417. Portanto, afirma que se tratou de uma reunião de cumprimentos, seguida de trabalho, para se perceber o que poderia ser feito em conjunto para esse efeito, acrescentando que já teve resultados da referida reunião, estando prevista uma visita a Vendas Novas de um grupo de empresários do Brasil, que está a ser organizada pela Câmara de Comércio Luso-brasileira, para virem conhecer o Parque Industrial de Vendas Novas, perceberem as condições e o que é que o Município e Vendas Novas têm para lhes oferecer enquanto empresários.
- 418. A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- 419. Neste período não se registou qualquer intervenção do público presente na sessão.
- 420. Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida, votada e aprovada, por unanimidade, a minuta da ata, tendo a Presidente da Assembleia Municipal dado pôr encerrada a sessão quando eram 23 horas e 57 minutos do dia 29 de dezembro de 2017.

O 1.º Secretário: Hugo Higuel Secolo Hada

Moção

Pelo Direito ao Diálogo e Participação das Pessoas com Deficiência

L

Considerando a importância da construção de uma sociedade inclusiva, que respeite o direito ao diálogo e participação enquanto eixo fundamental da construção da mesma, geradora de igualdade para todos os desfavorecidos, incluindo pessoas com deficiência.

Considerando que as organizações representativas das pessoas com deficiência são agentes insubstituíveis, garantia incontornável de todo o processo inclusivo.

Considerando que desde sempre as autarquias locais concederam, ainda que a titulo pontual, apoios às actividades destas associações e aos munícipes com deficiência.

Considerando que o poder local tem ainda que de forma muito subtil, substituído o poder central na sua obrigação constitucional de proteger a inclusão.

A Assembleia Municipal de Vendas Novas delibera recomendar à Câmara Municipal:

- Estimule e promova a participação das pessoas com deficiência e de organizações cívicas promotoras da inclusão, nas discussões das políticas de inclusão promovidas pelo município;
- Estimule e promova a participação das pessoas com deficiência e de organizações cívicas promotoras da inclusão, nas iniciativas promovidas pela Autarquia;
- Apoie a actividade das associações representativas das pessoas com deficiência;
- Se digne a participar nas iniciativas promovidas pelas organizações representativas das pessoas com deficiência.

29 de Dezembro de 2017, a bancada da CDU

Esta Moção deve ser enviada para a Associação Portuguesa de Deficiente, Associação Portuguesa de Deficientes - Delegação Distrital de Évora e Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes.

deverá ser enviada ainda para a Presidência da República, Primeiro-Ministro, Presidente da Assembleia da República e respectivos Grupos Parlamentares e para todos os órgão de comunicação social locais, regionais e nacionais.

~ H